



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES-IH
CURSO DE LICENCIATURA EM SOCIOLOGIA**

DAVID SOUSA GARCÊS

**O Grupo de Segurança Escolar (GSE):
perspectivas e desafios enfrentados por policiais militares na capital cearense**

**ACARAPE-CE
2023**

DAVID SOUSA GARCÊS

**O Grupo de Segurança Escolar (GSE):
perspectivas e desafios enfrentados por policiais militares na capital cearense**

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura Plena em Sociologia (CE), do Instituto de Humanidades (IH), da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Thiago Rocha Vasconcelos.

ACARAPE-CE

2023

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Garcês, David Sousa.

G197g

O Grupo de Segurança Escolar GSE: perspectivas e desafios
enfrentados por policiais militares na capital cearense / David
Sousa Garcês. - Redenção, 2023.
63f: il.

Monografia - Curso de Sociologia, Instituto de Humanidades,
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-
Brasileira, Redenção, 2023.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Thiago Rocha Vasconcelos.

1. Escolas - Medidas de segurança. 2. Policiais militares. 3.
Ceará. I. Título

CE/UF/BSP

CDD 370

TERMO DE APROVAÇÃO

DAVID SOUSA GARCÊS

O GRUPO DE SEGURANÇA ESCOLAR (GSE): PERSPECTIVAS E DESAFIOS ENFRENTADOS POR POLICIAIS MILITARES NA CAPITAL CEARENSE

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em formato de monografia do Curso de Licenciatura em Sociologia (Campus dos Palmares) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como requisito para à obtenção do grau de licenciado em Sociologia.

Aprovado em: 06/06/2023.

BANCA EXAMINADORA



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO THIAGO ROCHA VASCONCELOS, PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR**, em 07/06/2023, às 10:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Orientador e presidente: Prof. Dr. Francisco Thiago Rocha Vasconcelos
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)



Documento assinado eletronicamente por **MARIO HENRIQUE CASTRO BENEVIDES, PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR**, em 15/06/2023, às 19:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Examinador Interno Prof. Dr. Mário Henrique Castro Benevides
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDA MARIA DINIZ DA SILVA, Usuário Externo**, em 15/06/2023, às 14:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Examinadora Externa Prof^a Dr^a Fernanda Maria Diniz da Silva
Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará (AESP-CE)

Dedico esse trabalho aos Policias Militares do Estado do Ceará que fazem parte do Grupo de Segurança Escolar, os quais não medem esforços para proteger e cuidar daqueles que fazem parte da comunidade escolar.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha esposa, Fábiana Costa, pela dedicação e sua contribuição inestimável a este trabalho que, mesmo aos cuidados da nossa filha, Sophia Garcês, não hesitou em ajudar nas horas mais difíceis. Agradeço também à minha irmã Valeska Denise Garcês, que me inspirou o amor pelos estudos, e aos meus familiares pela paciência e compreensão nos momentos mais difíceis e de stress.

À Deus, ao meu Anjo de Guarda, aos irmãos benfeitores desencarnados e a minha Nossa Senhora do Carmo, por me concederem a vida, a lucidez, a saúde e a paz; por sempre escutarem minhas preces; pela proteção a mim e à minha família; e por serem a luz guiadora do meu caminho, e por permitirem que concluísse mais uma etapa da minha vida. E aos meus pais Renê e Terezinha, por todas as orações e palavras de carinho que sempre dedicaram a minha pessoa: é por vocês que sempre busco a DEUS em minhas caminhadas.

Faço ainda agradecimentos aos amigos de trabalho, que mesmo pelas circunstâncias vividas por nossa profissão - polícia militar - acreditavam em minha capacidade para cursar a Licenciatura em Sociologia. Não posso me esquecer em especial do carinho e das orientações que a Coordenadora Nívea Fontenelle, da Faculdade de Ensino de Fortaleza – FAEF, teve por mim durante esse processo e que me serviram de grande inspiração para este trabalho voltado ao lado humano e social, pois sem você, grande amiga, eu não teria conseguido chegar até aqui...

Não pretendo ser injusto com as diversas pessoas que de alguma forma me ajudaram na elaboração deste trabalho, e por isto prefiro não elaborar longas listas de nomes e eventos e me esquecer de um ou de outro importante ser. Dessa maneira, agradeço muito ao meu Professor Dr. Francisco Thiago Rocha Vasconcelos, o qual me auxiliou e me orientou na conclusão deste trabalho e proporcionou alegria e entusiasmo a um simples metalúrgico, Renê Garcês, e a uma simples e dedicada artesã, Terezinha Garcês, em ter um filho professor, pois os mesmos são uma de minhas fontes de inspiração e amor. Agradeço também as contribuições do Prof. Dr. Mário Henrique Castro Benevides e da Prof^a Dr^a Fernanda Maria Diniz da Silva, os quais se fizeram presentes na banca de defesa. Reitero os agradecimentos as amigas: Sávila Santos e Prof^a Ismênia Moreira pelo companheirismo, conversas e trocas de experiências que foram fundamentais na contribuição junto ao trabalho. Acima de tudo, agradeço a Deus por me permitir a contribuir com um pouco de meu conhecimento na construção de uma sociedade mais justa e humana.

RESUMO

O presente estudo trata sobre as práticas do Grupo de Segurança Escolar (GSE), policiamento esse reconhecido como de aproximação, tendo como objetivo geral compreender como os policiais militares que fazem parte do GSE observam o surgimento e efetivação do programa do qual fazem parte. Para fundamentar esse estudo buscou-se pautar em vários teóricos como: Borges (2020); Araújo (2019); Barreira e Russo (2012); Azevedo (2003) e Trojanowicz e Bucqueroux (1999), dentre outros. A metodologia utilizada foi pesquisa bibliográfica e entrevista semiestruturada, assim como também a construção de um diário de campo. O estudo justifica a necessidade de se dialogar sobre o tema segurança pública e educação, pelo fato da maioria dos estudos que descrevem sobre a questão da polícia comunitária não fazerem referência sobre a importância desse tipo de policiamento junto à comunidade escolar. Podemos constatar que os policiais militares que fazem parte do GSE, mesmo encontrando algumas resistências em realizar suas práticas de trabalho, buscam articular os conhecimentos sobre a filosofia de polícia comunitária juntamente às suas ações em campo. Contudo, esperamos que, ao final, o estudo auxilie na viabilidade de novas formas de políticas públicas que possibilitam o envolvimento das forças policiais juntamente com a comunidade de forma mais equânime e humana.

Palavras-chave: Grupo de Segurança Escolar; Polícia Comunitária; Polícia Militar.

ABSTRACT

The present study deals with the practices of the School Security Group (GSE), policing that is recognized as approximation, with the general objective of understanding how the military police who are part of the GSE observe the emergence and effectiveness of the program of which they are part. To base this study, we sought to base it on several theorists such as: Borges (2020); Araújo (2019); Barreira and Russo (2012); Azevedo (2003) and Trojanowicz and Bucqueroux (1999), among others. The methodology used was bibliographical research and semi-structured interview, as well as the construction of a field diary. The study justifies the need to dialogue on the subject of public safety and education, due to the fact that most of the studies that describe the issue of community policing do not refer to the importance of this type of policing in the school community. We can see that the military police officers who are part of the GSE, despite encountering some resistance in carrying out their work practices, seek to articulate knowledge about the philosophy of community policing together with their actions in the field. However, we hope that, in the end, the study will help in the viability of new forms of public policies that allow the involvement of police forces together with the community in a more equitable and humane way.

Keywords: School Safety Group; Community Police; Military Police.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Fluxograma de atendimento do GAVV	40
--	----

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AIS	Área Integrada de Segurança
APCom	Polícia Comunitária
BPM	Batalhão de Polícia Militar
BPESP	Batalhão de Policiamento de Prevenção Especializado
BO	Boletim de Ocorrência
DP	Delegacia de Polícia
EUA	Estados Unidos
GAVV	Grupo de Apoio às Vítimas da Violência
GSC	Grupo de Segurança Comunitária
GSE	Grupo de Segurança Escolar
NPC	Núcleo de Policiamento Comunitário
OMS	Organização Mundial de Saúde
OPAS	Organização Pan-Americana da Saúde
PCCE	Polícia Civil do Estado do Ceará
PM	Polícia Militar
PMCE	Polícia Militar do Estado do Ceará
POG	Policiamento Ostensivo Geral
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
RIDS	Relatório de Identificação de Demanda Social
SSPDS	Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social
UNISEG	Unidades Integrada de Segurança

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 O encontro com o tema: adentrando ao universo pesquisado	13
1.2 Perspectivas teórico-metodológicas	17
2 A POLÍCIA COMUNITÁRIA NO BRASIL E NO CEARÁ	21
2.1 As origens da Polícia Comunitária: uma breve contextualização	21
2.2 O policiamento comunitário no Ceará.....	27
3 OS NOVOS MODOS DE POLÍCIA COMUNITÁRIA NO CEARÁ.....	33
3.1 O surgimento do Grupo de Apoio às Vítimas da Violência (GAVV).....	34
3.2 O Grupo de Segurança Comunitária (GSC).....	42
3.3 O Grupo de Segurança Escolar (GSE)	43
4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	46
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
6. BIBLIOGRAFIA.....	56
ANEXO A.....	61
ANEXO B	63

1. INTRODUÇÃO

As práticas policiais em nosso país ainda carregam um estigma de desconfiança e descrédito por grande parcela da sociedade, por estarem associadas a características negativas como: o distanciamento entre os profissionais e a população; a ineficiência do trabalho desenvolvido; e o medo das ações que são desenvolvidas. Muitos governos vêm tentando mudar essa realidade através de diversas estratégias. Uma delas é a implantação do policiamento comunitário, que visa o “modo de se fazer polícia junto à população”, ou seja, ações desenvolvidas pela polícia articuladas com as reais necessidades da comunidade.

O Governo do Estado do Ceará, por exemplo, criou nos últimos anos (em meados de 2016) o Programa do Grupo de Segurança Escolar (GSE), objeto da presente pesquisa. O GSE tem como objetivo declarado somar esforços junto à comunidade escolar no tocante ao enfrentamento da criminalidade e da violência (pois é no ambiente escolar que se realiza boa parte da formação do indivíduo como ser social).

Nesse sentido, o foco da presente pesquisa é o espaço entre a escola e a segurança pública, a partir dos seguintes questionamentos: como os policiais militares, que fazem parte do Grupo de Segurança Escolar (GSE), observam o surgimento e efetivação do programa? Quais as singularidades e os limites dessa concepção de policiamento? Quais são os desafios enfrentados por esses agentes de segurança pública no momento da operacionalização do Grupo de Segurança Escolar?

Como objetivo geral a pesquisa buscou compreender como os policiais militares, que fazem parte do Grupo de Segurança Escolar (GSE), observam o surgimento e efetivação do programa do qual fazem parte.

Esta pesquisa tem o propósito de fortalecer estudos que envolvam o engajamento da polícia com a comunidade, por perceber que é por meio desse engajamento que se dará de forma mais fácil a efetivação das propostas de políticas públicas voltadas para a área da segurança pública.

O trabalho está dividido em uma introdução, três capítulos e as considerações finais.

Na introdução apresentamos os pontos primordiais para a compreensão sobre a temática e sua relevância junto à sociedade civil, retratando desde a justificativa de se pesquisar sobre o tema, demonstrando o objetivo geral o qual norteia a realização do trabalho, bem como os passos metodológicos que foram seguidos pelo pesquisador e a

ligação do pesquisador com o objeto de estudo, buscando demonstrar como se deu a entrada e participação desse junto ao objeto estudado.

O primeiro capítulo aborda os principais autores que discutem sobre os conceitos de policiamento comunitário e filosofia de polícia comunitária, além de fazer uma breve contextualização sobre os marcos históricos de criação e execução dos modos de policiamento comunitário em nível internacional, nacional e no Estado do Ceará, dando ênfase aos principais momentos.

O segundo capítulo descreve e analisa como se configuram os novos modos de polícia comunitária no Estado do Ceará, assim como nos faz refletir sobre as maneiras de trabalho do Grupo de Apoio às Vítimas da Violência (GAVV), do Grupo de Segurança Comunitária (GSC) e do Grupo de Segurança Escolar (GSE).

O terceiro capítulo se concentra nos achados da pesquisa sobre o GSE, com análise das entrevistas realizadas junto aos policiais militares.

Por fim, encerramos o trabalho com considerações finais acerca dos limites e potencialidades da experiência do GSE e seu significado para a segurança pública no Ceará.

1.1 O encontro com o tema: adentrando ao universo pesquisado

A escolha da temática se deu a partir de minhas experiências como policial militar pertencente ao Grupo de Segurança Escolar da 7ª Área Integrada de Segurança (AIS 7). Essas experiências me proporcionaram tanto a observação do funcionamento do ambiente escolar - o dia a dia dos gestores, dos professores, dos alunos, da equipe técnica - como o trabalho dos policiais que fazem parte do programa. Esse último foi o que mais me chamou a atenção, pois, mesmo atuando há mais de 10 anos como agente de segurança pública, nunca pude imaginar que a polícia militar pudesse apresentar algum interesse em desenvolver projetos que articulasse suas ações juntamente com a comunidade escolar.

Em meados de outubro de 2019, por questões administrativas, tive a oportunidade de exercer minhas atividades laborais como agente de segurança pública no 19º Batalhão de Polícia Militar – BPM¹. Desse modo, fui transferido diretamente para a 2ª Cia/19º

¹ O 19º BPM é localizado na Rua Carmem Miranda, nº 60, bairro: Jardim das Oliveiras - Conjunto Tancredo Neves, Fortaleza-CE. O 19º BPM é composto por 3 Companhias de policiamento sendo, 02 (duas) delas, a 1ª Companhia e 2ª Companhia localizadas dentro do próprio 19º BPM, e a 3ª Companhia localizada na Av. Norte Sul, s/nº, Parque Dois Irmãos, Fortaleza-CE.

BPM, onde tive que me apresentar para a oficial responsável pela referida companhia, a qual me direcionou às diretrizes necessárias à realização do trabalho de patrulhamento nas viaturas operacionais. Logo após resolver os trâmites administrativos decorridos pelo fato da transferência de local de trabalho, comecei a exercer novamente minhas atividades laborais em viaturas operacionais. Trago essa afirmativa à tona, pois, durante os meus doze anos de serviços prestados junto à Polícia Militar, tive a oportunidade de trabalhar tanto em setores administrativos, assim como em viaturas operacionais.

Transcorridos quatro meses de realização de atividades em viaturas operacionais junto aos bairros que fazem parte da área de cobertura de policiamento da 2º Cia/19º BPM, localizados dentro da área de abrangência da AIS 7², veio à tona, a partir de noticiários de TV's e jornais, um início de paralisação das atividades operacionais por parte de uma parcela de policiais militares e bombeiros militares do Estado do Ceará, que teve início no dia 18 de fevereiro de 2020. Esse momento foi nomeado pelos canais de comunicação como sendo o “Motim da Polícia Militar” e veio a eclodir devido à solicitação de reajuste salarial, que não foi aceita pelos órgãos governamentais. Podemos relembrar algumas informações relativas a esse momento a partir da notícia vinculada pelo Jornal *O Povo* do dia 19 de fevereiro de 2020, que destaca:

Mesmo com corte de salário anunciado pelo governo Camilo Santana e do anúncio de inquéritos policiais, o 18º Batalhão de Polícia Militar, no Antônio Bezerra, amanheceu tomado por policiais com rosto coberto e carros com pneus secos. São mais de 70 veículos parados no local. O Batalhão de Choque da Polícia Militar do Ceará (BPChoque) cercou o 18º Batalhão de Polícia Militar (BPM), no bairro Antônio Bezerra, na noite desta terça-feira, 18, para dispersar manifestação de policiais militares, bombeiros e familiares. Segundo tenente-coronel Barreto, 120 agentes fecham neste momento todo o perímetro do lugar e aguardam ordem para retomar controle. Ninguém entra e ninguém sai do local. As mulheres dos policiais fecharam a portaria do batalhão em protesto contra a proposta de reajuste salarial. Três policiais foram presos armados e usando balaclavas ao cercar viatura para secar os pneus. Há três pontos de bloqueio na Rua Anário Braga, onde fica o Batalhão (JORNAL O POVO ONLINE, 18/02/2020).

Esse momento foi marcado por muita tensão e cobrança junto aos demais policiais militares que não aderiram a manifestação: a tensão foi no tocante ao receio de ter a viatura operacional tomada no momento do patrulhamento ostensivo pelos próprios policiais manifestantes, assim como também por criminosos que poderiam aproveitar da

² Tais como: Edson Queiroz, Lagoa Sapiroanga (Coité), Sabiaguaba, José de Alencar; em uma escala de serviço de 12h00 X 24h00 e 12h00 X 48h00 - iniciando-se o primeiro dia de serviço às 05h00min e tendo término às 17h00min, e para o segundo dia de trabalho tendo esse o seu início às 17h00min e término às 05h00min do outro dia;

situação para cometer tal ato; assim como também por parte de superiores hierárquicos que sempre traziam à tona nas “entrelinhas de suas falas”, no momento das preleções³, quais seriam as punições imputadas junto àqueles que por ventura viessem a aderir a paralisação.

Passado esse momento, outras mudanças administrativas vieram a acontecer e, juntamente com essas, fui convidado a fazer parte do Grupo de Segurança Escolar – GSE, da 2ª Cia/19º BPM⁴. Reconheço que esse momento de mudança me causou um certo desconforto, haja vista que toda mudança nos traz um certo receio ao novo, assim como nos condiciona a sairmos de nosso estado de conforto e segurança vivenciado outrora.

Dessa forma, logo após ter aceito o convite para participar junto ao GSE, comecei a desenvolver minhas atividades laborais enquanto policial militar no referido grupo em meados de março de 2020. Estive à frente da equipe enquanto comandante de viatura de março de 2020 até setembro de 2020, no qual, logo após esse período, fui indicado para exercer minhas atividades junto à Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social – SSPDS, onde estou atuando no setor administrativo até a presente data.

A experiência vivenciada com os demais companheiros do GSE foi de grande valia, pois foi responsável por impulsionar o desejo de se realizar a pesquisa. Vale salientar que, naquela oportunidade, a equipe era formada por 03 (três) policiais militares, sendo: 01 (um) comandante – o qual o pesquisador representava; 01 (um) motorista e 01 (um) patrulheiro.

O comandante de viatura do GSE de cada batalhão é o responsável por colocar em prática as ações solicitadas pela companhia de origem, assim como de articular e executar a aproximação junto à comunidade escolar com o auxílio do patrulheiro, o qual lhe acompanha em todas as atividades de aproximação e levantamento de problemas enfrentados pelas pessoas que fazem parte da escola. O motorista também acompanha nesses levantamentos, mas sua principal função é a de conduzir a viatura policial.

É interessante ressaltar que todas as atividades a serem realizadas são pensadas e articuladas por todos os membros da equipe, no qual esses colocam em prática a filosofia de polícia comunitária em prol da comunidade escolar. Mas, antes mesmo de serem

³ Momento esse realizado antes do início do serviço de patrulha o qual tinha o intuito de tiragem de faltas e repassagem de informações sobre o serviço a ser iniciado

⁴ As prerrogativas as quais foram repassadas à época para esse convite, foram decorrentes de minha formação acadêmica: Licenciado em Pedagogia; Especialista em Políticas Públicas e Intervenção Social; Especialista em Educação para as Relações Étnico-Raciais (UNIAFRO), e Mestre em Ciências Sociais e Humanas, além de ter atuado na área da educação como professor e coordenador de tutoria de Cursos de Pós-Graduação em EaD.

colocadas em práticas, essas ações são repassadas para o comandante da companhia, para que esse possa dar a devida autorização de execução.

As ações realizadas podem aqui serem configuradas da seguinte forma: desde a aproximação, reconhecimento e levantamento de instituições de ensino público/particular da região de abrangência do GSE; perpassando ao reconhecimento e solução de problemas voltados à criminalidade no entorno da escola. As ações desenvolvidas são diversas: desde a ação direta de combate à criminalidade nesse entorno a partir de rondas nos horários mais críticos, às palestras realizadas junto ao corpo discente, indo até mesmo à participação de encontros pedagógicos e com os pais de alunos, na busca da aproximação e consolidação dos elos de confiança entre os sujeitos que fazem parte da comunidade escolar e os policiais que fazem parte do GSE.

Nesse mesmo ano, o mundo foi acometido pela pandemia causada pelo “novo coronavírus” (COVID-19)⁵. Essa situação acabou limitando as atividades presenciais realizadas junto às escolas, tais como: a realização de palestras; a participação em reuniões do corpo docente e discente, dentre outras que eram desenvolvidas dentro das escolas. Dessa forma, as atividades que foram realizadas nesse período se consubstanciaram na realização de: rondas nos entornos das escolas para resguardar as pessoas que ainda tinham que trabalhar de forma presencial; resguardar o patrimônio público; assim como auxiliar na segurança da entrega e distribuição das cestas básicas e outros itens de alimentação o qual o governo estava disponibilizado para as famílias dos alunos matriculados nas escolas públicas, principalmente naquelas que se encontravam em áreas com facções criminosas.

Vale destacar que havia comunicação entre os outros grupos que faziam a segurança escolar de outros bairros da capital cearense por meio de troca de mensagem pelo aplicativo WhatsApp, no qual sempre se buscava a troca de experiências e vivências de outros locais para ser multiplicado nas demais comunidades escolares.

E foi justamente a partir dessa troca de experiências vivenciadas no mundo virtual

⁵A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou, em 30 de janeiro de 2020, que o surto da doença causada pelo novo coronavírus (COVID-19) constitui uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional – o mais alto nível de alerta da Organização, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional. Em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia. A Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e a OMS estão prestando apoio técnico ao Brasil e outros países, na preparação e resposta ao surto de COVID-19. Foram confirmados no mundo 14.765.256 casos de COVID-19 (202.726 novos em relação ao dia anterior) e 612.054 mortes (4.286 novas em relação ao dia anterior) até 22 de julho de 2020. Na Região das Américas, 3.768.825 pessoas que foram infectadas pelo novo coronavírus se recuperaram, conforme dados de 21 de julho de 2020 (OPAS BRASIL, 2020).

– a partir dos grupos do WhatsApp⁶, que eu tive a oportunidade de manter contato com outros policiais militares que também desenvolviam suas atividades junto ao GSE, e, assim, observar as angústias, as dificuldades, os problemas e as limitações que os cercavam no momento da execução da filosofia de polícia comunitária junto aos integrantes das escolas.

Essa experiência me possibilitou conhecer e fazer parte do Grupo de Segurança Escolar, pois, na oportunidade, pude observar a partir da realização das ações, das trocas de informações dentre os policiais militares que faziam parte do GSE, suas principais impressões e a efetivação de seus serviços junto à comunidade.

Desse modo, é interessante ressaltar que a forma como os agentes se dirigiam aos gestores, aos alunos e aos professores, acabava sendo contrária ao *modus operandi* tradicionais existentes na polícia. Essa “forma diferenciada”, que perpassa tanto o cuidado no tom de voz, das expressões faciais amigáveis, chegando até mesmo a um melhor cuidado no traquejo do uniforme, foi um dos aspectos que me motivou à realização da pesquisa. A motivação principal partiu do momento em que pude observar as palestras realizadas pelos profissionais, palestras essas de conscientização de distintos assuntos: desde a não utilização de drogas; a não depreciação do patrimônio público; indo até mesmo à multiplicação da ideia de bom convívio social tanto dentro, como fora da escola.

Mesmo não sendo o magistério sua função laboral principal, era perceptível que os agentes tinham um cuidado e um domínio no assunto abordado junto aos alunos, onde traziam também em seus discursos suas experiências de vida e laboral. Ou seja, naquele momento, acabava ocorrendo uma troca de saberes, saberes esses que não são ensinados nas salas de aula, mas sim, repassados de forma oral.

1.2 Perspectivas teórico-metodológicas

O presente trabalho foi baseado em uma abordagem de cunho qualitativo que, de acordo com Prodanov e Freitas (2013), se realiza quando

[...] a pesquisa tem o ambiente como fonte direta dos dados. O pesquisador mantém contato direto com o ambiente e o objeto de estudo em questão,

⁶ O que é *WhatsApp*: é um software para smartphones utilizado para troca de mensagens de texto instantaneamente, além de vídeos, fotos e áudios através de uma conexão à internet. Considerado um aplicativo para celulares multiplataforma, o *Whatsapp* é atualmente compatível com todas as principais marcas e sistemas operacionais de smartphones do mundo, como o iPhone (iOS), Android, Windows Phone, BlackBerry e Nokia (SIGNIFICADOS, 2020).

necessitando de um trabalho mais intensivo de campo. Nesse caso, as questões são estudadas no ambiente em que elas se apresentam sem qualquer manipulação intencional do pesquisador. A utilização desse tipo de abordagem difere da abordagem quantitativa pelo fato de não utilizar dados estatísticos como o centro do processo de análise de um problema, não tendo, portanto, a prioridade de numerar ou medir unidades. Os dados coletados nessas pesquisas são descritivos, retratando o maior número possível de elementos existentes na realidade estudada. Preocupa-se muito mais com o processo do que com o produto. Na análise dos dados coletados, não há preocupação em comprovar hipóteses previamente estabelecidas, porém estas não eliminam a existência de um quadro teórico que direcione a coleta, a análise e a interpretação dos dados (PRODANOV e FREITAS, 2013, p. 70).

O estudo, nesse sentido, se desenvolveu como uma pesquisa de campo que, nas palavras de Aranha (2018, p. 12),

[...] se constitui pela observação de fatos e fenômenos exatamente como ocorrem no contexto real, pela coleta de dados referentes aos mesmos e finalmente pela análise e interpretação desses dados segundo uma fundamentação teórica consistente, objetivando compreender e explicar o problema pesquisado.

Desse modo, de início, junto à revisão bibliográfica, foi feita uma pesquisa exploratória, que nos possibilitou adentrar ao universo estudado e verificar com mais clareza as ações desenvolvidas pelos sujeitos pesquisados. (BEUREN, 2008). Vale salientar que essas observações foram realizadas dentre os anos de 2019 e 2020, momento em que o pesquisador teve contato com os agentes de segurança pública que fizeram parte do Grupo de Segurança Escolar (GSE). Por essa circunstância, o estudo também se debruçou em uma *participação observante*, devido o pesquisador ter feito parte do próprio objeto de estudo. Dessa forma, podemos verificar que a participação observante, de acordo com Peruzzo (2017), é:

[...] um neologismo de “pesquisa participante” como forma de clarificar sua distinção de observação participante, pois trata-se de um enfoque que admite e pressupõe um nível mais elevado de participação ou envolvimento do investigador no grupo pesquisado, mas não atinge os níveis de envolvimento do investigador prevista pela pesquisa-ação. O pesquisador atua como parte do grupo investigado ao mesmo tempo em que o observa (PERUZZO, 2017, p. 172).

Esse tipo de pesquisa, de acordo com Peruzzo (2017), se diferencia frente aos demais modos existentes, justamente por ter características únicas, quais sejam:

- a) O pesquisador se insere no grupo pesquisado, participa de todas as suas atividades, ou seja, acompanha e vive (com maior ou menor intensidade) a

situação concreta que abriga o objeto de sua investigação, como na observação participante, mas variando nos aspectos discutidos na sequência.

b) O investigador interage como participante do grupo. Além de observar, ele se envolve, tem direito a voz e pode assumir algum papel no grupo. Trata-se de uma opção que exige muita maturidade intelectual e acentuada capacidade de distanciamento na hora da interpretação – a fim de não criar vieses de percepção e na análise –, e responsabilidade para com o ambiente pesquisado, de modo a não interferir demasiadamente no grupo ou criar expectativas que não poderão ser satisfeitas, até pela circunstância de possuir uma posição transitória no grupo.

c) O grupo pesquisado conhece os propósitos e as intenções do investigador, e normalmente concordou previamente com a realização da pesquisa.

d) O vínculo do pesquisador com o grupo investigado pode ser anterior ou partir do início da pesquisa (PERUZZO, 2017, p. 173).

Corroborando com essa questão, Mingardi (1992), nos esclarece que:

[...] Afinal, porque era necessário ouvir presos para conhecer a polícia? Talvez mais importante do que isso fosse ouvir os próprios policiais. De preferência não somente através de entrevistas formais, nas quais qualquer um tende a mostrar somente parte da realidade. Talvez o método mais interessante fosse registrar seus atos no dia-a-dia, deixando que as informações fluíssem em conversas informais e na observação. Como propôs Goffman, "ser ator, não platéia" (MINGARDI, 1992, p. 1-2).

Para este estudo utilizamos como universo da pesquisa 03 (três) policiais militares que desenvolvem suas atividades junto ao Programa do Grupo de Segurança Escolar no município de Fortaleza. Para assegurar o anonimato dos profissionais que se fizeram presentes no momento da realização do estudo, não será pontuado no decorrer da escrita da monografia os locais onde esses atores exercem o seu ofício.

Com relação aos procedimentos, Prodanov e Freitas (2013, p. 54) destacam em seu estudo que “o elemento mais importante para a identificação de um delineamento é o procedimento adotado para a coleta de dados”. Assim, como subsídio para a coleta de dados, recorreremos ao gravador, o qual nos possibilitou as transcrições das falas de nossos entrevistados. Além disso, também foi utilizado o diário de campo, o qual esse foi organizado de acordo com os dias e horários das observações realizadas. De acordo com Falkembach (1987, p. 19), o diário de campo:

É um instrumento de anotações, um caderno com espaço suficiente, para anotações, comentários e reflexão, para uso individual do investigador em seu dia a dia. Nele se anotam todas as observações de fatos concretos, fenômenos sociais, acontecimentos, relações verificadas, experiências pessoais do investigador, suas reflexões e comentários.

Assim sendo, os procedimentos técnicos adotados para a realização desta pesquisa foram: entrevistas semiestruturadas; conversas informais; observações; assim como um diário de campo. As entrevistas foram empregadas a fim de se obter com melhor precisão resposta aos objetivos propostos.

Esperamos que, ao final, o estudo auxilie na viabilidade de novas formas de políticas públicas que possibilitam o envolvimento das forças policiais juntamente com a comunidade de forma mais equânime e humana.

2. A POLÍCIA COMUNITÁRIA NO BRASIL E NO CEARÁ

2.1 As origens da Polícia Comunitária: uma breve contextualização

As políticas públicas de enfrentamento e combate a crimes e pequenos delitos acabaram se tornando nos últimos tempos os cargos chave para eleição e reeleição de distintos políticos tanto em nível internacional, como nacional. Em relação ao Brasil, os candidatos acabam se ancorando nessas políticas como forma de demonstrar junto à sociedade uma esperança no fim do túnel sobre os problemas de insegurança que surgiram na atual sociedade contemporânea.

Vale destacar que a relação entre sociedade e polícia ainda é marcada por laços bastante rigorosos. Foram poucas às vezes que esses laços se fidelizaram no tocante ao enfrentamento de crimes e da violência urbana. Isso ocorre devido algumas instituições policiais militares ainda trazerem consigo marcas de regimes autoritários, os quais priorizam suas ações de forma isolada, além de acharem desnecessária a participação comunitária em suas ações. Desse modo, Souza (2009) nos chama a atenção para essa questão, destacando:

[...] o que se percebe é que o atual modelo de polícia não consegue responder aos preceitos do Estado democrático, além de deixar o cidadão sem referências próximas, passa a se relacionar com a sociedade como uma instituição cada vez mais distante, que interage apenas nos momentos em que é chamada. A atuação da polícia no Brasil, ainda, não conseguiu estabelecer ligações mais profundas com os cidadãos a quem deve oferecer proteção, além de não possuir informações sistemáticas sobre as comunidades policiadas, desconhecem suas dinâmicas locais (SOUSA, 2009, p. 2).

O autor ainda relata em seu estudo que os governos estão buscando romper com essas práticas,

[...] várias ações governamentais na área da segurança pública, muitas delas, como pressão da sociedade civil foram e estão sendo implementadas em cidades brasileiras, algumas ações exitosas, outras nem tanto, porém não menos importantes, pois se configuram como um movimento de caráter positivo, como tentativas de assegurar direitos fundamentais nas sociedades democráticas pelas instituições públicas, responsáveis pela manutenção da lei e da ordem (SOUSA, 2009, p. 2).

É interessante ressaltar que, dentre as distintas formas de políticas públicas voltadas para a área da segurança pública, uma delas se destaca tanto pela filosofia que carrega, assim como pelo seu formato de aplicação: o policiamento comunitário.

A ação de implementação do policiamento comunitário traz uma ideia de “(...) reorientar a ação policial para práticas mais educativas”, assim como tem como características “(...) a necessidade de prevenir a ação dos infratores, e não somente reprimir, bem como estabelecer a prática de um policiamento descentralizado e personalizado, em compromisso com a comunidade”. (SOUZA, 2012, p. 9). Concordando com essa questão, Trajanowicz e Bucqueroux (1999) nos lembram que o policiamento comunitário

[...] é uma filosofia e uma estratégia organizacional que proporciona uma nova parceria entre a população e a polícia. Baseia-se na premissa de que tanto a polícia quanto a comunidade devem trabalhar juntas para identificar, priorizar, e resolver problemas contemporâneos tais como crime, drogas, medo do crime, desordens físicas e morais, e em geral a decadência do bairro, com o objetivo de melhorar a qualidade geral da vida na área (TROJANOWICZ e BUCQUEROUX, 1999, p. 4-5).

Ainda nessa mesma linha de raciocínio, Bayley e Skolnick (2002, p. 18) ressaltam que “a premissa central do policiamento comunitário é que o público deve exercer um papel mais ativo e coordenado na obtenção da segurança”. Os autores ainda destacam que esse tipo de procedimento acaba colocando a população na posição de “coprodutor da segurança e da ordem, juntamente com a polícia” (BAYLEY e SKOLNICK, 2002, p. 18).

É interessante frisar que, de acordo com Santos (1997), a efetivação desse modelo só será eficaz se os operadores do poder de polícia seguirem alguns princípios, os quais tem suas premissas no modelo inglês de polícia, tais como:

Prevenir o crime e a desordem; reconhecer que o poder policial depende da aprovação do público e deste modo ganhar sua cooperação voluntária; reconhecer que a cooperação do público está na razão inversa da necessidade de utilizar a coerção física; empregar a força física minimamente; oferecer um serviço a todos os cidadãos; manter a relação polícia-público; respeitar o poder judiciário; reconhecer que o indicador da eficácia da polícia é a ausência do crime e da desordem (SANTOS, 1997, p. 160).

As primeiras vivências de policiamento comunitário surgiram no início do século XX, e remontam principalmente às concepções do ministro inglês, Robert Peel, o precursor da “Polícia Metropolitana de Londres”; assim como ao pensamento de Arthur Wood – que esteve entre os anos de 1910 e 1920 como comissário de polícia da cidade de Nova York, nos EUA (MACHADO e JESUS, 2014). Partindo desse sentido, Robert Peel compreendia que “a polícia é o público e o público é a polícia”. (ROLIM, 2012, p. 70). Nessa mesma seara, Arthur Wood, acreditava que,

[...] os policiais deveriam ser impregnados de valor social e moral de seu trabalho. Sob sua direção, a polícia organizou ligas policiais “juvenis”, visitou escolas para prevenir o crime, inventou as “ruas de lazer”, projeto que permitiu espaço para crianças brincarem em ruas fechadas ao trânsito e que beneficiou as famílias mais pobres, cujos filhos não tinham acesso a parques ou outros locais de lazer (ROLIM, 2012, p. 70).

Com esse pensamento, as primeiras impressões de um policiamento comunitário surgiam e eram totalmente diversas da forma de policiamento reativo, que se consubstancia na repressão e punição ao crime. De acordo com Azevedo (2003), o policiamento reativo é efetivado quando

[...] Os policiais orientam suas ações no sentido de prender e identificar culpados, coibir comportamentos desviantes e impor a ordem, de acordo com a lei. Agindo dessa forma, acreditam poder influenciar os resultados finais dos processos criminais. A perspectiva é fundamentalmente punitiva e a ação é sobre os desviantes e seus comportamentos [...] (AZEVEDO, 2003, p. 20).

Dessa forma, esse modelo de policiamento “pressupõe que a polícia deva esperar para ser chamada. Isso significa que ela deve esperar até que um crime seja cometido e comunicado” (ROLIM, 2006, p. 39).

Vale salientar que o modelo de polícia reativa, de acordo com Borges (2020), vem a surgir influenciado pelas modificações tecnológicas do século XX, o qual acabou se tornando o mais aplicável por distintos governos. Borges (2020) ainda destaca que “este modelo superou a tradicionalidade da forma preventiva, em que os oficiais procuravam as ocorrências e, por vezes, evitavam o surgimento de novas, para a espera de que as ocorrências fossem informadas via solicitação da população”. (BORGES, 2020, p. 6-7). Borges (2020) nos chama a atenção no tocante de como ocorreu a mudança do policiamento preventivo para o policiamento reativo, a saber:

O que antes era feito por oficiais em ronda, que serviam para prevenir ocorrências e buscavam por crimes ocorridos durante seu turno, aos poucos foi sendo substituído por ligações telefônicas. As patrulhas a pé, aos poucos foram sendo substituídas por carros com patrulheiros [...] (BORGES, 2020, p. 7).

Nesse mesmo sentido, Filho (1998), disserta que:

A insistência nesse modelo reativo passou a enfatizar a rapidez no deslocamento até o local, no atendimento e na liberação da viatura para um próximo chamado. Esse modelo enfraqueceu a crença e o esforço preventivos, pois colocou a polícia para cuidar rapidamente da parte superficial dos problemas,

como um sistema de ambulância social e legal, deixando de atender os cidadãos com interesse e de observar as circunstâncias locais que causam ou favorecem a eclosão de crimes, desordens e outros fatos que perturbam a vida da comunidade (FILHO, 1998, p. 20).

Partindo dessa perspectiva, Fernandes e Zanini Filho (2019), comentam no tocante a ineficiência desse tipo de policiamento, onde ressaltam que:

É evidente que o pretendido “efeito neutralizador” resultante da retirada de circulação de um grande número de infratores, juntamente com um modelo de policiamento reativo, jamais operará de forma eficiente. Sendo, então, a alternativa da exclusão, incapaz de oferecer uma resposta consistente ao crime e à violência, não sendo uma solução, e sim um problema. Problema esse, claro e evidente ao falarmos de alguém que tenha cumprido uma pena de prisão no Brasil, independentemente da natureza do crime, quando acaba sendo motivo para que essa pessoa nunca mais seja reinserida no mercado de trabalho. Isso significa dizer que essas pessoas que cometem um crime, e são rechaçadas pela sociedade, serão impulsionadas em soluções ilegais de sobrevivência (FERNANDES e ZANINI FILHO, 2019, p. 9).

Podemos observar a partir de noticiários de TV, das mídias sociais, assim como de estudos sobre história e sociologia da política (MUNIZ et al, 2018), que esse tipo de policiamento é o mais seguido no país. Mas, ao invés de auxiliar na integração social do infrator, acaba colocando-o cada vez mais à margem da sociedade. Desse modo, “a solução não é apenas ajustar o modelo atual de policiamento, investindo mais recursos nele, mas sim o de construir um novo modelo de policiamento”. (FERNANDES e ZANINI FILHO, 2019, p. 17).

No Brasil, a ideia de policiamento comunitário, de acordo com Mesquita Neto (2004) surge a partir de meados dos anos 1980, durante a transição para a democracia, principalmente depois das primeiras eleições diretas para governadores de estado em 1982.

Esse período foi marcado por constantes inovações na estrutura das organizações policiais do país. Essas inovações foram implementadas primeiramente no Rio de Janeiro – a partir da criação de um caderno sobre policiamento comunitário; e em São Paulo – com a criação de conselhos comunitários de segurança (MESQUITA NETO, 2004).

O Estado do Rio de Janeiro contou com o protagonismo do Cel. PM Carlos Magno Nazareth Cerqueira, comandante geral da Polícia Militar em 1983-84 e 1991-94, durante o governo Leonel Brizola:

No contexto da redemocratização brasileira, quando da implementação da

política de segurança pública no governo pedetista de Brizola, a principal filosofia utilizada como orientação, no processo de reforma nas práticas da Polícia Militar do Rio de Janeiro, foi a do policiamento comunitário. Durante os comandos do coronel Carlos Magno Nazareth Cerqueira teve lugar a pioneira tentativa de implantação desse tipo de policiamento no Brasil. Segundo Nilo Batista, essa experiência começou em 1983, apesar da visibilidade conseguida na segunda gestão de Brizola à frente do executivo estadual fluminense (SILVA, 2016, p. 290).

Já na década de 1990, o Estado de São Paulo também começa a experienciar a ideia de policiamento comunitário em algumas cidades, a saber:

No Estado de São Paulo, desde o início da década de 90, a Polícia Militar começou a promover iniciativas locais de mudanças organizacionais que apontavam na direção do policiamento comunitário, sendo frequentemente citadas as experiências de Ribeirão Preto e Bauru. Mediante um conselho geral da comunidade que funciona junto ao comando-geral, a Polícia Militar chegou a elaborar um projeto para implantação do policiamento comunitário em 1993 (PMSP, 1993 apud MESQUITA NETO, 2004, p. 105).

Vale destacar que as experiências de outros países serviram como basilares para o entendimento e aplicação – a partir da necessidade de cada estado – da filosofia de policiamento comunitário no Brasil, conforme destaca Mesquita Neto (2004):

Ao lado das experiências locais e de outros estados brasileiros, as experiências de policiamento em outros países, particularmente nos Estados Unidos, no Canadá e no Japão foram analisadas e serviram como referência importante para os oficiais da Polícia Militar e para os membros da Comissão Estadual de Polícia Comunitária no processo de implantação do policiamento comunitário em São Paulo a partir de 1997 (MESQUITA NETO, 2004, p. 105).

Assim, é possível concordar com Gadelha e Duarte (2014), ao constatarem que, desde os anos 1980, internacionalmente e no Brasil,

[...] A forma de intervenção policial urbana que vem ficando cada vez mais conhecida sob o termo “policiamento comunitário”, é vista geralmente como uma alternativa progressista de mudança à visão tradicional que ainda hoje se tem da atuação da polícia, atraindo a atenção de setores progressistas, de parte dos quadros da esquerda e, em alguns casos, chegando até mesmo a converter alguns dos representantes desta em defensores e militantes de sua causa (GADELHA e DUARTE, 2014, p. 2).

Já Freitas (2017b) não vislumbra a polícia comunitária apenas como uma “alternativa progressista”, mas como materialização da maturidade institucional de uma organização de polícia. Ou seja: a polícia comunitária não deveria ser equiparada a uma polícia de 2º classe, ou até mesmo que seja um modelo mais frágil frente ao tradicional:

A polícia comunitária é a força a serviço da comunidade e funciona para o empoderamento dessa mesma comunidade. Suas ações não são confundíveis com fragilidade do poder de polícia. A adesão aos valores da Polícia Comunitária materializa o grau de maturidade institucional da força de segurança e o seu grau de comprometimento com a defesa, proteção e garantia dos direitos fundamentais e democráticos que justificam a sua mais elevada razão de existir (FREITAS, 2017a, p. 6).

De maneira similar, Peres (2001) comenta que o policiamento comunitário:

Não é uma técnica ou uma especialização, mas sim o desenvolvimento de um trabalho para um objetivo comum, que visa principalmente, buscar a participação e o envolvimento da comunidade, bem como estreitar o relacionamento entre os executores do policiamento ostensivo, com as comunidades as quais estão servindo, mediante a troca de idéias e informações com a finalidade de resolver os problemas de segurança pública em conjunto (PERES, 2001, p. 10).

Reafirmando essa questão, Caye (2021), comenta que:

O modelo de policiamento comunitário, portanto, é o desenvolvimento de um trabalho visando à segurança da sociedade, em que há o estreitamento das relações entre os executores do policiamento com os integrantes das comunidades em que atuam, de modo a melhor conhecer o ambiente, passando a identificar os problemas de segurança que afligem a localidade para adoção de ações visando à prevenção das situações que causam intranquilidade e insegurança (CAYE, 2021, p. 50).

Ainda de acordo com o autor em epígrafe, o trabalho da polícia comunitária deve ser realizado de forma cotidiana junto à população que assiste, pois é a partir dessa interação que os laços de confiança entre população e polícia serão fidelizados.

Caye (2021) ainda nos lembra que é papel do Estado garantir segurança pública para a população, pois esse deve estar sempre atento às mudanças sociais, e, a partir dessas, criar mecanismo para poder sanar os principais problemas sociais que são gerados na atual contemporaneidade, principalmente àqueles voltados a falta de segurança.

Outra questão relevante levantada por Freitas (2017b) é no tocante ao engajamento do agente de segurança pública o qual desenvolve suas atividades laborais junto ao policiamento comunitário, no qual destaca que:

Sem titubear na pronta resposta às ameaças à ordem pública, aqui entendidas como gênero cujas espécies são a segurança pública, a tranquilidade pública, a salubridade pública e a dignidade da pessoa humana; o agente de policiamento comunitário tem um compromisso com o exercício da cidadania dos membros da comunidade, com a convivência harmoniosa dos seus moradores, com os

valores morais e culturais localizados (FREITAS, 2017b, p. 56).

Corroborando com essa situação, Marcineiro (2009) frisa que o agente de policiamento comunitário deve deter habilidades que ultrapassem o mero manuseio de armas e aplicação da força física:

Espera-se do policial comunitário que ele entenda qual é o seu papel social e saiba aplicar o poder de polícia de que é investido, para construir qualidade de vida na comunidade onde trabalha. Para isso, convém conhecer com um pouco mais de detalhes o que é e qual a extensão do poder de polícia, que é do Estado e delegado ao policial (MARCINEIRO, 2009, p. 85).

Freitas (2017b), também dialoga em seu estudo sobre o real papel desse profissional e vislumbra que esse

[...] é, antes de tudo, um garantidor de direitos. Um grande pacificador, comprometido com os valores jurídicos consagrados pela legislação vigente. Um habilidoso profissional que consegue atuar nas variadas circunstâncias que lhes serão apresentadas nas rotinas de policiamento, sem se afastar de valores jurídicos, morais, éticos e locais, quando na elaboração e execução de respostas, tecnicamente adequadas à demanda que precisa ser superada (FREITAS, 2017b, p. 57).

Ao longo do seu desenvolvimento no Brasil, a polícia comunitária foi uma proposta de mudança da atuação da Polícia Militar com pretensões a tornar-se uma filosofia que, ao reestabelecer a confiança da população em uma segurança pública preventiva e participativa, paulatinamente seria incorporada como modelo de ação a ser seguido.

No entanto, essa filosofia encontrou limites, seja na resistência dos padrões tradicionais de policiamento no país, seja por não enfrentar o problema político e não somente técnico, da mudança na estrutura institucional da segurança pública e das polícias.

Pretendemos retomar a discussão desta tese e das relações entre segurança pública, policiamento e educação ao final do presente trabalho. No momento, nosso objetivo é traçar a história do policiamento comunitário no estado do Ceará.

2.2 O policiamento comunitário no Ceará

No tocante ao Estado do Ceará, a discussão sobre a temática da polícia comunitária ganha novo destaque no cenário político a partir da proposta inusitada sobre o novo modo de se fazer polícia, apregoada pelo candidato Cid Ferreira Gomes (PSB),

que disputou às eleições governamentais de 2006:

Apesar das questões relativas ao emprego e à renda terem continuado a ser as mais discutidas durante as eleições de 2006, os problemas de segurança pública forçaram os candidatos a adotar um discurso particularizado para essa área. Essa característica da campanha revelou que o eleitorado não suportava mais a idéia de que o desenvolvimento econômico, por si mesmo, providenciaria a solução para os problemas da segurança pública. Enquanto alguns dos candidatos insistiram em apostar em um discurso estrutural, com promessas de investimento em educação e emprego para enfrentar a difusão da criminalidade, Cid adotou um discurso incisivo, ressaltando que os problemas relacionados a insegurança nas cidades não podiam mais esperar, sendo necessárias medidas urgentes. Como proposta para resolver os problemas relacionados a criminalidade nas grandes cidades do Estado, Cid prometeu criar um “sistema revolucionário” de policiamento por quarteirão (PAIVA, 2009, p. 3).

O candidato Cid Gomes propunha junto aos cearenses um "novo modo de se fazer polícia", o qual esse se consubstanciaria a partir da implantação do programa "Ronda do Quarteirão", a saber:

Em linhas gerais, a proposta visava criar um programa chamado Ronda do Quarteirão cujas características seriam fundamentadas em uma dinâmica de policiamento comunitário, com policiais divididos em áreas de até três quilômetros, trabalhando em rondas sistemáticas, com meta de atendimento de ocorrências de até cinco minutos. Cid Gomes prometeu, com esse programa, “revolucionar a gestão da segurança pública” no Estado do Ceará. Independente de sua qualidade, a proposta concedeu ao candidato um capital simbólico muito importante, principalmente porque forçou todos os outros candidatos a dar atenção à segurança pública e, direta ou indiretamente, falar da proposta de Cid Gomes [...] (PAIVA, 2009, p. 3).

Partindo dessa perspectiva, Araújo (2019) ressalta no tocante à finalidade que o programa buscava alcançar:

Entre os objetivos do programa declarados em seu projeto estão a diminuição dos índices de criminalidade e violência; a satisfação da população em relação ao atendimento oferecido pelos agentes de segurança por meio das ações de policiamento comunitário; participação da comunidade na análise e solução dos problemas de segurança pública; fortalecimento dos laços de confiança entre polícia e comunidade; e a redução na sensação de insegurança nas comunidades assistidas pelo programa (ARAÚJO, 2019, p. 81).

Vale salientar que, de acordo com Araújo (2019), o Programa Ronda do Quarteirão não pode ser entendido enquanto uma forma de policiamento comunitário, pois, na verdade, ele trouxe em sua essência algumas marcas de um policiamento de aproximação, em que, acabava se afastando de um ideal de policiamento junto à comunidade. Araújo

(2019) afirma essa questão embasada em suas observações de campo realizadas junto ao Núcleo de Policiamento Comunitário – NPC, que esclarece:

Foi possível constatar esse “afastamento” durante as observações no NPC. Apesar de todo o discurso no início da pesquisa em torno de uma “polícia comunitária” – com agentes que conhecem os moradores da área em que atuam e que realizam visitas comunitárias em residências, escolas e praças – observaram-se alguns aspectos contraditórios. A começar exatamente pelas visitas comunitárias, uma das “atividades comunitárias” que constava do projeto original do programa, por meio de rondas itinerantes e preventivas e do contato com a comunidade. Essas visitas praticamente não eram mais realizadas e as instruções aos policiais giravam sempre em torno da apreensão de armas e intensificação das abordagens e do patrulhamento dos pontos mais críticos de cada área (ARAÚJO, 2019, p. 90).

Outra questão levantada por Araújo (2019), a qual desconfigura a ideia de policiamento comunitário junto ao Programa Ronda do Quarteirão, é no tocante às constantes trocas de locais de trabalho as quais os profissionais eram submetidos, a saber:

A escala de trabalho foi outro elemento que contradisse o discurso de uma “polícia comunitária”. Isso porque os policiais não trabalhavam em um turno fixo e, muitas vezes, sequer na mesma área, dependendo da necessidade de remanejamento de efetivo por conta de licenças, férias e atestados médicos. Essa questão prejudicava, portanto, a proposta de uma polícia que estaria no seio da comunidade. A proximidade e os vínculos acabavam sendo comprometidos. Como afirmou um policial: “Ultimamente não dá tempo você manter uma amizade com a população. Trocando os horários direto, se você trabalhar à noite um dia não vai ser a mesma pessoa que eu vou encontrar no outro dia de manhã” (ARAÚJO, 2019, p. 90).

O Programa Ronda do Quarteirão foi marcado por distintas nuances, pois uma significativa parcela da sociedade o aclamava e o reconhecia enquanto uma forma de policiamento eficaz, mas, a outra, sempre buscava apontar seus erros e os abusos que eram cometidos para sua manutenção. Essa divisão da opinião social, de acordo com Barreira e Russo (2012), veio a surgir desde os primórdios da implantação do programa.

O Programa Ronda do Quarteirão foi configurado e concebido dentro de um precioso marco publicitário. O uniforme dos policiais, criado por renomados estilistas, e as sofisticadas viaturas, da marca Hilux, modernas e bem equipadas, deram os ingredientes do embate político e de opiniões da população. Se, por um lado, esses aspectos deram grande visibilidade ao programa, possibilitando colocá-lo na frente do debate político, com seus acertos e fissuras, por outro, dividiram a opinião pública entre aqueles a favor e contra a proposta. A vitória eleitoral do candidato proponente da matéria, instigando no imaginário popular uma polícia mais moderna, racional e bem equipada, mostrou que a maioria estava a favor [...] (BARREIRA e RUSSO, 2012, p. 284).

Dentre as principais fissuras que fizeram parte da história do programa, uma delas esbarrou na divisão da tropa da Polícia Militar do Estado do Ceará em “duas polícias”, assim como destaca Paiva (2009), em seu estudo:

Logo nos primeiros meses de governo ficou evidente que uma das principais dificuldades para o Governador eleito implantar o Ronda seria o efetivo da PM do Ceará. Com apenas 13,5 mil policiais, e apenas pouco mais de 5 mil deles trabalhando na rua, não havia haviam homens suficientes. Diante disso, foi criado, em regime de urgência, um concurso público para contratação de novos policiais, especificamente para compor o Programa Ronda do Quarteirão. Ademais, além da contratação específica para o Ronda, o governador criou um fardamento diferenciado para os policiais do Ronda. Aos poucos se consolidava uma distinção entre os policiais do Ronda e os policiais da PM “convencional”. É importante destacar que o Ronda não tinha a intenção de ser “toda PM”, mas apenas um segmento integrado por soldados da PM com “perfil comunitário” (PAIVA, 2009, p. 5).

Corroborando com essa questão, Araújo (2019), ressalta essa rivalidade entre policiais veteranos e policiais novatos em seus achados, que esclarece:

Para os policiais da “velha polícia”, denominada também “polícia tradicional” ou Policiamento Ostensivo Geral (POG), o Programa Ronda do Quarteirão tornou-se o “queridinho do governo”, a preferência do governador manifestada, segundo eles, desde o período da campanha eleitoral de 2006, na qual a proposta do programa foi o grande carro-chefe. A questão envolvendo a rivalidade entre esses policiais dizia respeito, sobretudo, às condições de trabalho. Enquanto o Ronda do Quarteirão, a “polícia do luxo”, ostentava um aparato sofisticado para o desenvolvimento de suas atividades, a outra parcela, a “polícia do lixo”, continuava seus serviços em condições precárias. Transcorreu um tempo até que todos os policiais militares do Ceará passassem a usar fardamento novo e que as polícias civil e militar passassem a usar apenas viaturas do modelo Hilux SW4 [...] (ARAÚJO, 2019, p. 84-85).

Ainda nessa seara, Paiva (2009), salienta outra situação que gerou grande polêmica junto à população, assim como por parte da oposição do Governador Cid Gomes (à época), a qual foi em relação ao processo licitatório das viaturas do Programa Ronda do Quarteirão:

[...] a efetivação do Programa ainda esbarrou em outras dificuldades. Ao lançar o edital para licitação das viaturas do Ronda, verificou-se que apenas o modelo da Toyota Hilux SW4 atendia as especificações técnicas exigidas. Isso gerou uma série de questionamentos, inclusive sobre exigências como câmbio automático e tração 4x4 permanente. Em geral, as Hilux foram consideradas como uma “extravagância” do Governo, absolutamente desnecessárias as condições de policiamento exigidas em uma cidade como Fortaleza. Não obstante, o rebatimento das críticas, a superação dos recursos na justiça e a

manutenção da Hilux como o modelo de viatura do Programa foi mais uma prova da força e disposição de Cid para consolidar seu projeto [...] (PAIVA, 2009, p. 5).

Araújo (2019) também nos chama a atenção no tocante a questão da licitação das viaturas do programa, em que chega a destacar que a insistência por esse tipo de veículo seria uma forma do governador eleito em 2006 deixar sua “marca” na sociedade cearense, ressaltando que a evidência dessa marca se fez presente no imaginário do povo cearense a partir do momento “de frisson que se criou em torno do Programa Ronda do Quarteirão desde a sua implantação”, pois a população esperava ansiosa em suas calçadas, nas ruas e esquinas dos bairros da capital cearense, para observar a passagem das novas viaturas e seus componentes. Desse modo, podemos constatar como “a questão das viaturas e do fardamento faz pensar sobre o significado da estética como forma de construção de uma visibilidade política” (ARAÚJO, 2019, p. 84).

Vale destacar que, com o passar dos anos, vinha à tona as fragilidades do programa, a qual essas eram noticiadas pelos grandes meios de comunicação do estado, assim como relata Paiva (2009):

Ademais, na medida em que o Programa passou a ser a principal forma de policiamento da cidade de Fortaleza, começaram a surgir denúncias de práticas de abuso de autoridade, corrupção e violência policial. Não obstante, para além de suas falhas, os problemas do Ronda ultrapassam sua dinâmica, pois são parte integrante de um sistema de segurança pautado em relações de poder cujo fundamento perpassa as exigências do grupo político que o Programa representa, deixando grandes questões em aberto sobre suas possibilidades de sucesso e futuro (PAIVA, 2009, p. 7-8).

Dessa forma, como uma alternativa para mudar esse quadro de descrédito que surgiu nesse período, foi criado pelo Governo do Estado do Ceará as Unidades Integradas de Segurança (UNISEG). Segundo Passos (2021), as UNISEG's são:

[...] estruturas de policiamento integrado num determinado território que representam o braço operacional da política de segurança do Ceará Pacífico, sob inspiração de polícia comunitária, e que pretendem atuar junto com outras pastas do governo, principalmente ligadas ao esporte e ao desenvolvimento social, a fim de melhorar os índices de violência nas comunidades afetadas e, sobretudo, desenvolver uma cultura de paz [...] (PASSOS, 2021, p. 20).

Contudo, o Programa Ronda do Quarteirão teve o fim de suas atividades em meados de outubro de 2017, totalizando dez anos de experiências acumuladas, junto à polêmicas sociais e políticas. Após 2017 o policiamento comunitário ganhou novos

contornos, mais específicos, representado por Programas como o Grupo de Apoio às Vítimas de Violência (GAVV), o Grupo de Segurança Comunitária (GSC) e o Grupo de Segurança Escolar (GSE), que serão apresentados no próximo capítulo.

3. OS NOVOS MODOS DE POLÍCIA COMUNITÁRIA NO CEARÁ

As mudanças nos modos de polícia de aproximação no Estado do Ceará ocorreram em meados dos anos de 2016, momento em que o programa Ronda do Quarteirão estava chegando ao fim. A alternativa encontrada pelo governador à época, Camilo Santana (PT), foi o lançamento das Unidades Integradas de Segurança (UNISEG). Sobre essa questão, Freitas (2017b), destaca que:

A Unidade Integrada de Segurança compõe as ações do Pacto Por Um Ceará Pacífico, coordenado pelo governo do Estado do Ceará, cuja marca principal é a atuação intersetorial das entidades públicas das pessoas políticas estadual, municipais e federal e ainda da sociedade civil na construção de uma cultura de paz, por meio do tratamento multifocal do fenômeno da violência, não mais compreendido como problema meramente policial (FREITAS, 2017b, p. 54).

Vale destacar, ainda de acordo com Freitas (2017b, p. 54), que as UNISEG's seguem alguns princípios os quais norteiam suas ações, tais como: I) Redução territorial das responsabilidades circunscricionais dos órgãos de segurança pública do Estado; II) Unidade de comando das forças no território; III) Inovação dos serviços de segurança pública; IV) Integração dos serviços de segurança pública a outros órgãos dos governos estadual, municipal e federal, para o enfrentamento ao crime e à violência.

De acordo com notícia vinculada pelo Jornal Diário do Nordeste no dia 06 de março de 2016, a primeira UNISEG foi implantada no mês de março de 2016, no bairro Vicente Pinzón. A matéria também ressalta que:

[...] O bairro também receberá uma base móvel da Polícia Militar (PM), além de haver uma reestruturação no Ronda do Quarteirão na área. A Uniseg I foi inaugurada oficialmente no sábado, em cerimônia que contou com a participação do governador Camilo Santana, da vice-governadora Izolda Cela, do prefeito de Fortaleza, Roberto Claudio e de signatários do Pacto. Com as ações da Uniseg, o 9º DP passará a funcionar com seis delegados, 12 escrivães e 24 inspetores da Polícia Civil. O efetivo da PM também foi reforçado, passando de 115 para 170 policiais, além da aquisição de novas viaturas e motos. O bairro ainda contará com ações da Polícia Comunitária, como a atuação de equipes do Ronda Maria da Penha, voltado para mulheres vítimas de violência, e o Ronda Escolar, que fará a segurança nas escolas. O Batalhão de Polícia Militar Ambiental também passará a atuar no bairro (JORNAL DIÁRIO DO NORDESTE ONLINE, 06/03/2016).

Desse modo, para dar continuidade às políticas de segurança pública, assim como renovar o prestígio da população junto às ações realizadas pela polícia militar, foram criados grupos específicos de policiamento, os quais ainda traziam a filosofia de policiamento comunitário, mas agora com diretrizes de trabalhos mais focados em

determinados grupos populacionais.

Partindo dessa perspectiva, foram criados os grupos: Grupo de Apoio às Vítimas da Violência (GAVV); Grupo de Segurança Comunitária (GSC) e Grupo de Segurança Escolar (GSE) com uma proposta inovadora em seus *modus operandi*, o quais buscam focar suas ações, respectivamente: na proteção e acompanhamento das vítimas da violência – principalmente junto aos crimes de Maria da Penha; no cuidado e proteção das pessoas da comunidade a qual assiste a partir do reconhecimento dos problemas sociais enfrentados por essa comunidade, o qual busca solucionar os referidos problemas junto com outros equipamentos sociais; assim como na proteção e cuidado da comunidade escolar a partir do reconhecimento e resolução dos problemas de segurança pública enfrentados por essa comunidade.

Não se pretende no decorrer do capítulo “romantizar” as formas de atuação do GAVV, do GSC e do GSE, mas sim, demonstrar que a instituição disponibiliza apenas as formas proveitosas dessas ações, pois podemos constatar que isso tem o intuito de propagação e fidelização junto à população de “uma nova ideia de policiamento comunitário”. Nesse sentido, o presente capítulo busca elucidar o olhar que a Instituição Polícia Militar do Estado do Ceará projeta com os seus atuais programas de policiamento de aproximação, ou seja, como é elaborada uma propaganda positiva da ação policial como forma de legitimar uma nova proposta de política pública.

As informações aqui elencadas são relevantes para a análise, pois irão nos possibilitar refletir sobre como estão sendo desenvolvidas as atividades laborais dos policiais militares os quais fazem parte do policiamento de aproximação, em uma visão dos dois “lados da moeda”: em um primeiro momento pelo olhar da instituição; e, em segundo, pelo olhar daqueles que estão na linha de frente.

3.1 O surgimento do Grupo de Apoio às Vítimas da Violência (GAVV)

O surgimento do GAVV, assim como dos outros dois grupos de policiamento de aproximação: GSC e GSE, vem como uma nova forma de fazer polícia comunitária junto à sociedade.

Dentre os três grupos elencados nesse capítulo, o GAVV⁷ foi o que mais conseguiu

⁷ Além da afirmação apresentada por Freitas (2017b), também podemos constatar essa questão através dos sites do governo do Estado do Ceará, tais como: da SSPDS; da PCCE e da PMCE, onde esse vislumbra divulgar mais às ações realizadas pelo GAVV, e dar poucos créditos aos grupos do GSC e GSE.

se destacar junto ao território em que atua. Isso deveu-se ao diferencial marcado pelo serviço o qual presta à população: em um primeiro momento, busca manter uma aproximação; no segundo momento, fideliza laços de cuidado e acolhimento; e, em um terceiro momento, realiza a proteção de mulheres que são vítimas tanto de violência doméstica, assim como de violência de cunho familiar (FREITAS, 2017a).

Vale destacar que essa questão também é vislumbrada por uma significativa parcela dos profissionais os quais fazem parte tanto do GAVV, assim como do GSC e do GSE. Eles ressaltam que as atividades desenvolvidas pelo GAVV têm um “olhar” diferenciado pela população, pois “[...] a população consegue enxergar mais as atividades do GAVV, devido essas estarem atreladas principalmente à questão da Lei Maria da Penha, ou seja, às causas voltadas para à violência doméstica [...]” (PM2 EM DIÁRIO DE CAMPO, 20/04/2020).

A implantação do GAVV foi em março de 2016. A primeira experiência vivenciada pelos agentes e a população foi na capital cearense (SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, 04/09/2020). Logo após sua implantação em Fortaleza, outras cidades também foram beneficiadas com essa experiência de policiamento, tais como: Itapipoca, Juazeiro do Norte, Maracanaú e Sobral.

É interessante ressaltar que, um dos principais destaques do GAVV é no tocante ao “[...] Ronda Maria da Penha que realiza o acompanhamento de mulheres vítimas de violência doméstica que estão sob medida protetiva em cada território como também àquelas que aguardam a concessão do mecanismo de proteção” (SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, 04/09/2020).

Ainda nessa seara, vale destacar o que Freitas (2017b) retrata em seu estudo no tocante ao atendimento diferenciado realizado pelo GAVV, a partir da filosofia de polícia comunitária, a saber:

A Polícia Comunitária, através de suas estratégias de prevenção especializada, destaca-se pela oferta de serviços diferenciados, que consistem numa atenção individualizada, contínua e fundada no fortalecimento de laço de confiança, entre os agentes de segurança e a vítima assistida, de modo a produzir: a) Empoderamento das mulheres vítimas da violência, por meio de uma fração de policiais militares com atuação exclusiva nas causas que lhes causam insegurança e sofrimento; b) Empoderamento de crianças, idosos e portadores de necessidades especiais, para fins de enfrentamento às causas que lhes causam insegurança e sofrimento, por meio de uma fração de policiais militares com atuação exclusiva e individualizada às necessidades para superação da violência sofrida; c) Maior sensação de interesse do Sistema de Segurança Pública pelas pessoas vítimas da violência; d) Enfraquecimento do

discurso da impunidade e do descaso com as pessoas vítimas da violência; e) Criação de um sentido material para o conceito de polícia comunitária; f) Fortalecimento das relações policiais com aos moradores da comunidade; g) Melhorar o conhecimento das causas da violência na comunidade; h) Melhorar o emprego das ações policiais a partir da identificação das causas desencadeadoras da violência na comunidade; i) Identificar grupos criminosos que atuam na comunidade; j) Ampliar o percentual de resolatividade de crimes ocorridos na comunidade; l) Subsidiar o emprego do policiamento ostensivo ordinário, a partir da socialização de relatórios do GAVV (FREITAS, 2017b, p. 64-65).

Partindo dessa perspectiva, Sousa, Frota e Costa (2021) nos relatam, a partir de seu estudo a realidade vivenciada pelos agentes de segurança pública do GAVV, que:

[...] A cada nova visita ou revista se observou o quanto as mulheres atendidas se encontram vulneráveis e necessitam do apoio da família, dos amigos, da sociedade e do Estado. Os relatos coletados mostram o medo e a insegurança dessas mulheres que, mesmo separadas dos agressores, temem por sua integridade física e a segurança de seus familiares, pois, mesmo com as medidas protetivas, tais agressores continuam fazendo ameaças (SOUSA, FROTA e COSTA, 2021, p. 34).

Ainda sobre essa questão, a notícia vinculada no site da Polícia Militar do Ceará (PMCE), do dia 01 de julho de 2020, retrata os integrantes que fazem parte do GAVV como a:

[...] equipe da Polícia Militar do Ceará (PMCE), responsável pelo atendimento qualificado às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar. A equipe é composta por uma policial militar feminino e dois policiais militares masculinos, os quais têm formação específica para o atendimento especial às mulheres que sofrem algum tipo de violência, protegidas pela Lei Maria da Penha (POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ, 01/07/2020).

É interessante frisar que a obrigatoriedade de se ter na equipe do GAVV uma policial do sexo feminino segue as diretrizes estabelecidas pelo Art. 10-A, *caput* e § 1º, da Lei nº 11.340 de 07 de agosto de 2006, lei essa conhecida como Maria da Penha, a saber:

Art. 10-A. Art. 10-A. É direito da mulher em situação de violência doméstica e familiar o atendimento policial e pericial especializado, ininterrupto e prestado por servidores - preferencialmente do sexo feminino - previamente capacitados.

§ 1º A inquirição de mulher em situação de violência doméstica e familiar ou de testemunha de violência doméstica, quando se tratar de crime contra a mulher, obedecerá às seguintes diretrizes:

I - Salvaguarda da integridade física, psíquica e emocional da depoente, considerada a sua condição peculiar de pessoa em situação de violência doméstica e familiar;

II - Garantia de que, em nenhuma hipótese, a mulher em situação de violência doméstica e familiar, familiares e testemunhas terão contato direto com investigados ou suspeitos e pessoas a eles relacionadas;

III - não revitimização da depoente, evitando sucessivas inquirições sobre o mesmo fato nos âmbitos criminal, cível e administrativo, bem como questionamentos sobre a vida privada (BRASIL, 07/08/2006).

Outra questão que vale ser destacada é a das formas de trabalho que são desenvolvidas pelos policiais militares. O assessor de Polícia Comunitária (APCom) da Polícia Militar do Ceará (PMCE), Major Messias Mendes, ressalta que essas são orientadas “[...] pela filosofia de acolhimento, cuidado e proteção às pessoas que sofreram algum tipo de violência ou encontram-se submetidas à situação de ameaça [...]”. O referido ainda destaca que essa atenção deve ser direcionada de forma individualizada “[...] às necessidades de serviços de segurança que lhe assegurem a efetivação do cuidado e proteção do poder público [...]” (POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ, 08/03/2021).

Ainda de acordo com o referido assessor, o GAVV busca garantir através de seu trabalho que todas às vítimas possam voltar às suas atividades sociais e laborais da melhor forma possível, destacando que:

[...] O serviço tem natureza eminentemente proativa e direciona as suas atividades com vista a assegurar o empoderamento do cidadão para o exercício pleno de seus direitos e garantias fundamentais, recebendo da força pública de segurança, a atenção individualizada, assertiva e continuada para superar o estágio de sofrimento ou ameaça à sua integridade física, moral, psicológica, sexual e patrimonial ou qualquer outra situação que necessite da sofisticação do esforço policial, com vista à superação do quadro de vulnerabilidade. Ressalta o oficial [...] (POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ, 08/03/2021).

Já em relação ao processo de formação dos profissionais que farão parte do GAVV, de acordo com notícia vinculada no site da Polícia Civil do Estado do Ceará, do dia 07 de agosto de 2021, essa é de responsabilidade do Batalhão de Policiamento de Prevenção Especializado (BPESP)⁸, batalhão também responsável pela coordenação das ações desenvolvidas pelo GAVV (POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO CEARÁ, 07/08/2021).

O trabalho desenvolvido por esse tipo de policiamento de aproximação vem

⁸ O objetivo do batalhão é coordenar as estratégias de Polícia mais alinhadas aos valores humanos, tendo como um dos direcionamentos de segurança, o respeito às diferenças entre as pessoas da comunidade, a diversidade e a mediação de conflitos. (SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, 2022).

surtindo efeitos positivos, segundo o site da Polícia Civil do Estado do Ceará, a partir do relato de uma das pessoas assistidas pelo programa:

[...] Há dois anos sou acompanhada por eles, são minha família. Depois de ter sofrido todos os tipos de violência com meu ex-companheiro, a última foi devastadora na minha vida, ele me forçou a ter relações sexuais quando estava depressiva. Para fugir dele eu caí da escada, ele puxou meu cabelo, bateu várias vezes a minha cabeça na escada. Consegui abrir o portão e fugir, mas no caminho ele acabou me atropelando e me arrastou pela rua. Fiquei muito grave no hospital. Depois disso, ele passou a me perseguir também na rede social. Busquei a Delegacia de Defesa da Mulher na Casa da Mulher Brasileira. Me deram toda a assistência, que já começou no hospital. Escrivães e inspetores colheram meu depoimento. Hoje sou acompanhada pelo GAVV. Eles são anjos na minha vida. Ainda me vejo presa na minha realidade, mas se eu não tivesse tido coragem de denunciar poderia ter morrido”, o relato forte é uma página da história da Maria (nome fictício), uma jovem de 24 anos que é acompanhada pelo Grupo de Apoio às Vítimas de Violência (GAVV) da Polícia Militar do Ceará (PMCE) [...] (POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO CEARÁ, 07/08/2021).

Podemos notar a partir do relato acima como a Polícia Civil busca legitimar que o trabalho desenvolvido pelo GAVV vem demonstrando resultados significativos no depoimento de alguns dos seus beneficiários, com destaque para o apoio, a orientação e o acompanhamento junto às vítimas. A relevância do trabalho desenvolvido pelos policiais militares que fazem parte do GAVV também pode ser constatado a partir do relato abaixo:

Estava com cinco meses de grávida quando meu marido empurrou minha barriga contra o guarda-roupa. Isso foi uma das agressões. Foram tantas que nem consigo contar. Ele me xingava de tudo que era nome, tinha ciúmes, dizia que eu traía ele. Não deixava eu estudar, trabalhar, fazer nada. O filho da gente via tudo e começou a me xingar também. Fiquei desesperada. Foi naquele dia que percebi que precisava de socorro. Eu tinha que procurar ajuda e sair daquela vida. Com o apoio da Delegacia da Mulher e do GAVV, passei a me sentir segura de novo. Eu sei que eles estão sempre perto para me ajudar, conta Fátima (nome fictício), 39 anos, assistida pelo GAVV (POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO CEARÁ, 07/08/2021).

Dessa forma, o GAVV soma forças com os outros aparelhos sociais que fazem parte do território onde atua, assim como de outros instrumentos voltados para a área da segurança pública, como, por exemplo, as Delegacias de Defesa da Mulher e a Casa da Mulher, a saber:

Desde maio de 2020, a Polícia Militar do Ceará, por meio do Gavv, e a Polícia Civil do Estado do Ceará (PCCE), por meio de suas delegacias, iniciaram uma ação pioneira no país e que chega agora ao Centro Sul do Ceará. Quando uma vítima denuncia um crime de violência doméstica, ela já passa a ser

acompanhada de imediato pelo Gavv. Anterior a isso, o grupo monitorava as vítimas quando existia o deferimento das medidas protetivas pelo Poder Judiciário.

Hoje, ao registrar um Boletim de Ocorrência (BO) em uma Delegacia de Defesa da Mulher ou em qualquer unidade da Polícia Civil, ela também pode solicitar, além da medida protetiva, o acompanhamento da equipe especializada. A informação é enviada pela Polícia Civil à Polícia Militar, que inicia as visitas no intuito de acompanhar a rotina da mulher. Além da vítima, os policiais militares também realizam um trabalho junto ao agressor para evitar o surgimento de novos casos (SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, 04/09/2020).

Logo após terem acesso aos casos encaminhados por esses órgãos, o GAVV dá início as suas ações que são configuradas a partir de quatro eixos:

I - Visita, apoio, orientação e cuidado às mulheres vítimas de violência doméstica na comunidade, bem como àquelas submetidas a medidas protetivas (Ronda Maria da Penha). II – Visita, apoio, orientação e cuidado aos familiares de vítimas de crimes contra a vida. III – Visita, apoio, orientação e cuidado às vítimas de crimes que causem grande clamor social. IV - Interlocução com outros atores de prevenção social e repressão qualificada que atuam no território (ALENCAR, MOURA e FREITAS, 2017, p. 30).

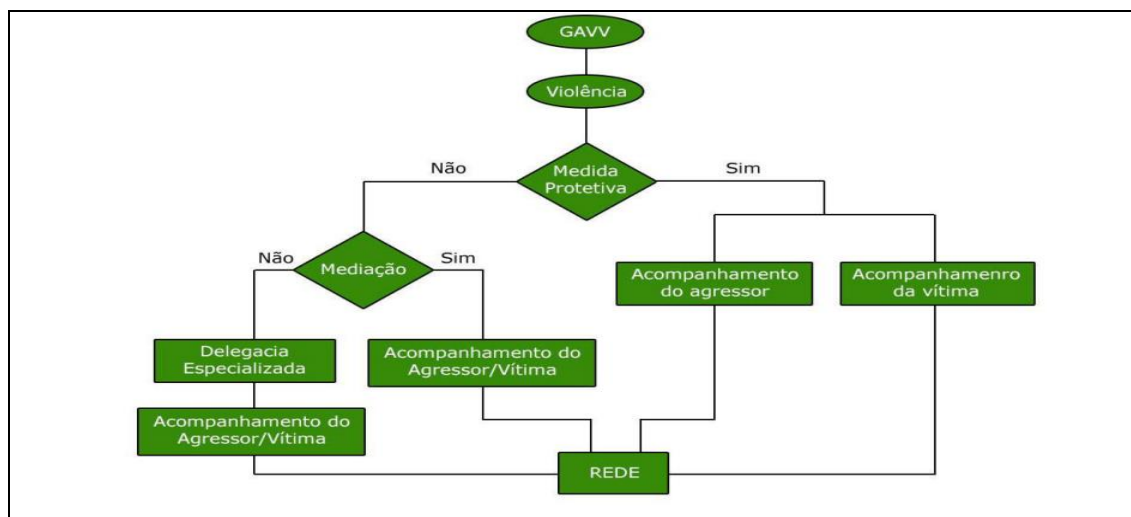
Para conseguir gerir de forma eficaz essa estrutura de ações, os agentes de segurança pública que fazem parte do GAVV seguem um roteiro de atividades que lhes serve como norteador para o início dos trabalhos. Podemos observar esse roteiro a partir do que Freitas (2017b) traz em seu estudo:

As tarefas da equipe podem sofrer algumas adequações, a depender das particularidades de cada caso, mas em geral se processa da seguinte forma: a) Recebimento da relação de mulheres submetidas a medidas protetivas, residentes no território, encaminhada pelo Juizado da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Fortaleza; b) Recebimento da relação de mulheres que sofreram violência no território, conhecidas pelo serviço de atendimento de emergência da Polícia Militar; c) Visita de apresentação e conhecimento às mulheres submetidas à violência; d) Visita de orientação e disciplinamento ao agressor para que conheça as restrições impostas pela medida protetiva e a efetivação das medidas, por meio; e) Mediação de conflitos, quando, embora haja potencial de violência, mas essa ainda não veio a concretizar-se, todavia, apresenta-se como necessária a atuação do GAVV para empoderar a mulher e disciplinar a postura agressiva do potencial autor da violência; f) Definição das estratégias de atendimento do GAVV, tanto da vítima como do seu agressor, devendo ser estabelecida a intermitência das visitas de acompanhamento e o nível de cuidado que a situação requer; g) Acionamento dos órgãos que compõem a rede de atenção e cuidado das mulheres vítimas da violência, para que deem suporte interdisciplinar ao atendimento que o GAVV dará ao caso (FREITAS, 2017b, p. 68).

De acordo com Freitas (2017b), esse roteiro na verdade é um “fluxograma de

atendimento”, o qual relata que “[...] as vítimas de violência atendidas pelo policiamento do GAVV são subdivididas entre dois grandes grupos: os que têm medidas protetivas de urgência e aqueles que ainda não dispõe dessa decisão judicial [...]” (FREITAS, 2017b, p. 65). Dessa forma, podemos observar a configuração desses dois grupos de acordo com o fluxograma disposto no quadro 1.

Quadro 1 - Fluxograma de atendimento do GAVV.



FONTE: Adaptado de Polícia Militar do Ceará – 2º Cia/8ºBPM apud Freitas (2017b, p. 65).

Partindo dessa perspectiva, vale mencionar que, mesmo o GAVV prestando um serviço especializado junto à sociedade cearense, o referido grupo também desenvolve um trabalho preventivo junto às vítimas por meio de visitas de acompanhamento. É o que podemos constatar a partir da notícia vinculada no site da Polícia Civil do Estado do Ceará do dia 07 de agosto de 2019, que traz a entrevista do assessor da APCoM, Capitão Messias Mendes:

[...] O GAVV é um serviço de segurança especializado, uma vez que ele não se limita a atender somente as ocorrências de emergência, mas sim na atuação preventiva junto às mulheres vítimas de violência que, por essas circunstâncias, necessitem de um acompanhamento especializado da Polícia Militar. O atendimento é feito àquelas que possuem ou não, medidas protetivas, e que exigem do poder público um tratamento que as valorizem. Com isso, os agentes passam a visitá-las, identificam as necessidades dessas mulheres e constroem um plano de segurança individualizado para cada vítima [...] (POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO CEARÁ, 07/08/2019).

Corroborando com essa questão, Freitas (2017b) acentua que:

Quando a Polícia Militar propõe oferecer os serviços do Grupo de Apoio às

Vítima das Violência, podemos observar que o nível de segurança pública que se busca oferecer alcança uma dimensão diversa daquela que tradicionalmente o Estado Brasileiro costuma considerar como sendo oferta de segurança (FREITAS, 2017b, p. 60).

O autor em epígrafe ainda esclarece que:

O GAVV acessa um nível mais sofisticado do sentimento de segurança. Torna real a presença do Estado equalizador das diferenças. Modifica a ideia de segurança pública dissociada de uma relação individualizada das reais necessidades do usuário. Modifica a ideia de que o atendimento de emergência no menor tempo possível, após acionamento, ou o patrulhamento nas ruas e praças já seriam o bastante para fazer as pessoas se sentirem seguras (FREITAS, 2017b, p. 61).

E ao observar essa necessidade de atendimento no menor tempo possível é que a viatura do GAVV conta com um telefone móvel para atender as demandas da comunidade:

A viatura possui um telefone funcional, para o qual a vítima atendida pelo GAVV pode ligar caso necessite e a viatura se desloca para sua residência imediatamente. Se as demandas surgirem fora dos dias e horários de atendimento do GAVV, elas são prontamente recepcionadas pelas viaturas de patrulhamento e atendimento de emergência.

As demandas/ocorrências chegam à equipe por meio: a) do P4 (estatísticas do batalhão); b) de ocorrências de campo; c) do juizado (medidas protetivas); d) de denúncias da população; e etc.) de informações repassadas pelo patrulhamento da área (SOUSA, FROTA e COSTA, 2021, p. 44).

Ainda de acordo com as referidas autoras, a equipe do GAVV ao chegar na residência da vítima, busca levantar um maior número de informações possíveis, que auxiliarão no decorrer de seu atendimento:

Cabe destacar que, na primeira visita da viatura à casa da vítima, preenche-se um Prontuário de Atendimento à Pessoa, no qual constam os dados pessoais da vítima e do agressor (como endereço, se possui medida protetiva, se a vítima ou o agressor são usuários de droga). Mostra-se de fundamental importância que o redator informe os principais pontos explanados na conversa para que qualquer pessoa que porventura precise saber dos detalhes do caso não peça que a vítima relate novamente toda a história.

Depois de preencher o prontuário, a equipe do GAVV passa a acompanhar aquela pessoa em situação de violência. Não há uma rotina pré-estabelecida quanto ao número de visitas e quais vítimas serão visitadas naquele dia. O trabalho da polícia não é “engessado”: todos os dias, ocorrem situações que necessitam de apoio policial. Desse modo, a equipe analisa a gravidade da situação que a vítima está vivenciando, por exemplo, em alguns casos a viatura passa na residência da vítima todos os dias, em outros casos a frequência das visitas é menor (SOUSA, FROTA e COSTA, 2021, p. 44).

Justamente pelo fato de não existir um número pré-estabelecido de visitas de acompanhamento a serem realizadas, a população assistida pelo programa pode contar com o atendimento direto junto à equipe do GAVV de seu bairro por meio da ligação direta para a viatura. Essa situação ocorre devido a referida equipe contar dentro da viatura com um telefone funcional que tem esse fim:

O telefone funcional da viatura é uma ferramenta indispensável para a atuação do GAVV - em alguns momentos, quando a vítima que está sendo atendida se sente ameaçada ou precisa da presença da polícia com rapidez para sanar o problema, ela entra em contato diretamente com os policiais do grupo e a viatura realiza deslocamento com a maior brevidade possível. Há uma relação de confiança entre a polícia e a sociedade. Em todas as visitas se repete o número de telefone da viatura (SOUSA, FROTA e COSTA, 2021, p. 46).

As questões acima nos demonstram as ações que são desenvolvidas pelo GAVV junto ao seu público-alvo e como esses profissionais se encontram empenhados na execução de suas atividades laborais na busca pelo bem-estar e sociabilidades das pessoas que são assistidas pelo programa.

3.2 O Grupo de Segurança Comunitária (GSC)

Assim como o GAVV, o GSC⁹ também se configura enquanto polícia de aproximação junto à sociedade. O GSC se diferencia por abordar questões mais amplas, buscando alcançar com seu atendimento um maior número de pessoas, ou seja, busca com seu policiamento, resolver os problemas no tocante à criminalidade, os quais não são assistidos pelo GAVV. Por esse motivo o GSC acaba se tornando uma polícia de aproximação junto à comunidade de forma mais geral devido à circunstância de sua abrangência.

Dessa forma, podemos observar a partir da notícia vinculada no site da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS), do dia 03 de agosto de 2020, a qual menciona que o GSC tem como principais objetivos visitar “[...] os moradores em suas casas, estabelecendo uma relação com as pessoas, trazendo dicas de segurança e construindo, com elas, as melhores estratégias para a segurança de todos [...]”

⁹ A discussão a respeito do Grupo de Segurança Comunitária não se aprofundou devido a falta de estudos e pesquisas que tratam sobre o tema. Além disso, as ações realizadas pelos profissionais que fazem parte desse grupo não são disponibilizadas nos sites da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará.

(SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, 03/08/2020).

Contudo, podemos notar que, o GSC, busca observar e solucionar os problemas enfrentados pela comunidade: desde problemas de perturbação ao sossego alheio; perpassando pelo uso de drogas em espaços públicos; indo até mesmo a observar a falta de coleta de lixo, por exemplo. Todas essas ações seguem as mesmas diretrizes de trabalho realizadas pelo Grupo de Apoio às Vítimas da Violência (GAVV), só que, com um olhar voltado para os problemas sociais enfrentados pela comunidade.

3.3 O Grupo de Segurança Escolar (GSE)

O Grupo de Segurança Escolar, assim como os dois outros grupos, também traz consigo a ideia de polícia comunitária junto às suas ações, mas, diferentes daqueles, direciona suas atividades para a comunidade escolar. Nesse sentido, o viés do GSE está voltado para o combate dos crimes que ocorrem no entorno das instituições de ensino, assim como dentro dos espaços escolares. Partindo dessa perspectiva, os policiais militares que fazem parte desse tipo de grupo, buscam realizar uma aproximação com os atores que fazem parte da comunidade escolar, tais como: gestão administrativa; gestão pedagógica; professores; alunos; equipe técnica e pais de alunos.

Partindo desse sentido, podemos constatar a partir da notícia vinculada no site da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS), do dia 07 de abril de 2022, que o GSE se debruça na realização de atividades de cunho educativo junto às escolas:

O Batalhão de Policiamento de Prevenção Especializada (BPESP) da Polícia Militar do Ceará (PMCE) também faz um trabalho educativo nas escolas em Fortaleza e no interior, como forma de aproximação com a comunidade estudantil, por meio do Grupo de Segurança Escolar (GSE). De acordo com o major Messias Mendes, comandante do batalhão especializado, uma das atribuições do GSE está na conexão com as escolas para prevenção às situações que possam vulnerabilizar as crianças e adolescentes em formação (SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, 07/04/2022).

A aproximação junto a esses sujeitos se faz de suma importância nesse processo, pois é a partir dos relatos que analisaremos como os policiais observam as suas reais necessidades no tocante à segurança pública, assim como articulam estratégias de prevenção contra a criminalidade dentro e próximo das escolas.

Vale destacar que as atividades desenvolvidas por esses agentes vão além dessa mera observação. Eles também buscam desenvolver palestras de motivação e exemplo de

vida junto aos alunos na busca de demonstrar que às práticas criminosas não compensam.

Mas, para poder conseguir manter contato com as pessoas pertencentes à comunidade escolar, assim como fidelizar laços de confiança, os policiais militares que fazem parte do GSE passam por um treinamento, realizado em duas semanas, como destaca PM2: “[...] nós passamos por um treinamento de duas semanas, onde esse ocorre nos turnos manhã e tarde, das 08h00 às 12h00 e de 13h00 às 17h00. Nele a gente aprende a filosofia de polícia comunitária, a mediação de conflitos e outras formas de como se aproximar da comunidade [...]” (DIÁRIO DE CAMPO, 26/06/2020).

Podemos também observar essa questão na notícia vinculada no site da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS), do dia 07 de abril de 2022:

[...] O GSE é formado por policiais militares que recebem uma formação diferenciada, para gerar uma aproximação, um contato com alunos, pais, diretores, professores e toda estrutura escolar, que acaba sendo muito sensível à potencialização de atos de indisciplina que afetam a qualidade do ensino, uma vez que o ambiente escolar é eclético, formado por pessoas de idades e classes diferentes. Os agentes que atuam nesses ambientes precisam compreender comportamentos por outras perspectivas que não sejam reprimir por reprimir, mas de construir, com a comunidade escolar, um ambiente de paz e harmonia [...] (SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, 07/04/2022).

Além das técnicas aprendidas no curso apresentado acima para se ter formas de aproximação mais harmoniosas junto aos sujeitos que convivem nas escolas, o policial militar que faz parte do GSE, assim como dos outros dois grupos de polícia de aproximação apresentados nos subtópicos em epígrafe – GAVV e GSC, também deve apresentar junto ao Batalhão do qual faz parte um relatório expondo as necessidades dos sujeitos os quais assistem. Esse relatório, o qual é conhecido pelos policiais militares como sendo: Relatório de Identificação de Demanda Social (RIDS)¹⁰, também é utilizado como instrumento para conhecimento dos outros equipamentos sociais existentes no território dos problemas sociais existentes na região onde a equipe de policias trabalham:

O grupo também elabora o Relatório de Identificação de Demanda Social (RIDS), que tem o propósito de melhorar a área de atuação da UNISEG. Quando a viatura se depara com lixo na rua ocasionando mau cheiro, falta de iluminação e saneamento básico, algum local que possa mostrar-se propício à ocorrência de delitos, entre outros, a equipe elabora o RIDS e repassa para o setor administrativo do batalhão para que possa realizar os devidos encaminhamentos e sanar o problema (SOUSA, FROTA e COSTA, 2021, p. 44).

¹⁰ O modelo do referido relatório não foi disponibilizado/autorizado para publicação.

Vale salientar que as escalas de serviços do GAVV, do GSC e do GSE, no período de setembro 2019 a setembro de 2020 – momento esse em que o pesquisador fez parte do Grupo de Segurança Escolar, eram executadas de segunda-feira à sexta-feira, em 02 (dois) turnos diários, sendo esses: 1º turno de 07h00 às 15h00 e 2º turno de 15h00 às 22h00, tendo o sábado e domingo como momento de descanso das atividades laborais.

Nesse período, o 19º BPM, assim como os outros locais que disponibilizavam dos serviços dos agentes que faziam parte do programa, contavam sempre com 3 equipes de policiais militares, as quais estavam distribuídas como: 1º equipe do GAVV; 2º equipe GSC e 3º equipe GSE.

Cada equipe trabalhava em uma viatura realizando o policiamento proativo, que sempre era formada por três policiais militares, com um policial militar feminino para cada equipe do GAVV.

Desse modo, as equipes reversavam suas atividades em dois turnos. No momento das rendições no 19º BPM, elas passavam as informações no tocante aos atendimentos realizados, assim como as demandas que ainda estavam por serem realizadas para a equipe que estivesse entrando de serviço. Dessa forma, o 19º BPM contava com um total de 18 policiais militares que realizavam suas ações de acordo com a filosofia de polícia comunitária.

É interessante frisar que, essas equipes cobriram a área de abrangência de todo o 19º BPM, ou seja, eram responsáveis por sanar os problemas de acordo com sua especialidade a partir das demandas surgidas dentre os bairros que fizessem parte das companhias pertencentes ao 19º BPM, ou seja, junto a 1ª Cia/19ºBPM, 2ª Cia/19ºBPM e 3ª Cia/19ºBPM.

Logo, não existiam equipes formadas para todas as companhias, o que era para ser o ideal, com equipes formadas para cada grupo específico as quais realizavam suas atividades dentro da área de cobertura do 19º BPM.

Contudo, o trabalho realizado pela equipe do GSE – o qual será vislumbrado no 4º capítulo - assim como dos outros grupos, surte muito efeito, mesmo ainda enfrentando resistência de uma pequena parcela de instituições educacionais, as quais preferem manter um certo distanciamento das atividades realizadas pelo grupo por receio das ameaças de grupos criminosos de sua região.

4. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O presente capítulo tem como propósito demonstrar como os policiais militares que fazem parte do Grupo de Segurança Escolar observam o surgimento e efetivação do programa do qual fazem parte. Foram convidados a participar da pesquisa tanto os policiais pertencentes ao GSE do 19º BPM, como outros policiais que fazem parte de outros grupos fora do 19º BPM.

Tivemos a oportunidade de analisar as falas de 03 (três) policiais militares que desenvolvem suas atividades laborais junto ao GSE. Eles fizeram questão de participar da pesquisa, ou seja, de forma voluntária, logo após terem consentimento que a referida estaria contribuindo para o desenvolvimento de mais estudos voltados para a área educacional e da segurança pública.

Vale salientar que, antes mesmo de embrenharmos ao universo dos discursos dos agentes de segurança pública que se fazem presentes na pesquisa, tivemos o cuidado de resguardar o anonimato desses. Dessa forma, foram trabalhados codinomes para os policiais militares, que se iniciam pelas letras “PM” e, logo após, são seguidos pelos números: 1; 2 e 3, respeitando a ordem das entrevistas.

As entrevistas foram realizadas através de chamada de vídeo do aplicativo WhatsApp, em dias e horários marcados no decorrer do mês de janeiro de 2023.

Elas foram desenvolvidas com base em um roteiro (Anexo B). Já as observações das práticas desenvolvidas pelos profissionais foram no decorrer dos meses de março à setembro de 2020 e foram registradas em um diário de campo produzido pelo pesquisador em diversos momentos junto aos integrantes do GSE, tais como: em reuniões; em cursos de capacitação; em participação de grupos de WhatsApp; assim como na realização do policiamento proativo.

Pode-se notar que todos os entrevistados têm formação em nível superior: PM1 é formado em Licenciatura em Pedagogia e Bacharel em Educação Física; PM2 é formado em Segurança Pública e PM3 é formado em Licenciatura em História, com Especialização em Metodologia e Didática do Ensino em Segurança Pública e Especialização em Antropologia.

Desse modo, podemos notar que, além da formação inicial exigida para fazer parte do GSE, os agentes de segurança pública têm suas áreas de formação voltadas para as atividades desenvolvidas pelo grupo. O conhecimento técnico adquire nos berços

acadêmicos não é uma condicionante para a participação no GSE, mas traz grandes facilidades de aproximação junto aos sujeitos que fazem parte da comunidade escolar, pelo fato de poder dialogar e compreender os problemas enfrentados por esses de forma mais próxima.

Ao serem questionados no tocante ao ano de ingresso na Instituição Polícia Militar do Estado do Ceará (PMCE), os entrevistados relataram que esses se deram no decorrer dos anos de: 2019 (PM1); 2018 (PM2) e 2017 (PM3). Desse modo, podemos constatar, a partir do ano de ingresso desses profissionais, que eles são praticamente recém-ingressos na instituição, pois adentraram a PMCE nos últimos concursos realizados. Vale salientar que essa situação é condicionante para a participação do policial militar junto ao curso de formação para o GSE a partir da indicação do comandante de batalhão onde o policial militar é lotado. Assim, em relação a como ocorreu a forma de ingresso no curso de formação do GSE, os profissionais ressaltaram que essa se deu:

Por meio de indicação do Comandante da companhia. O mesmo, né, indicou por ter o perfil neo soldado (PM1 EM ENTREVISTA NO DIA 06/01/2023).

Fui convidado pelo comando do batalhão (PM2 EM ENTREVISTA NO DIA 09/01/2023).

[...] o policial tem que ter o perfil de neo soldado, ou seja, o policial tem que ser novato na PMCE para poder ir ao curso, e, depois, fazer parte do GSE [...] (PM2 DIÁRIO DE CAMPO, 20/04/2020).

O ingresso foi bem simples, pois quando houve a seleção para escolha de policiais que atuariam no GSE, no dia em questão, apenas um voluntário se prontificou, no caso eu. Para fim de registro era necessário um número de pelo menos 6 profissionais (PM3 EM ENTREVISTA, 21/01/2023).

PM3: “[...] para o policial militar entrar no curso ele precisa ser novato, ou seja, ter pouco tempo na gloriosa. Além disso, ele não pode estar respondendo a nenhum tipo de crime, ou até mesmo já ter respondido [...]” (PM 3 DIÁRIO DE CAMPO, 14/05/2020).

Essa questão da participação de recém-ingressos junto aos programas de policiamento comunitário do Estado do Ceará já faz parte da política de formação desses profissionais por parte da PMCE, justamente pelo fato desses policiais ainda não terem sido “contaminados” pelos “vícios e mazelas” daqueles mais antigos. Essa situação também pode ser observada no estudo de Araújo (2019), a qual relata que:

Outra discussão em torno dessa rivalidade diz respeito à entrada gradual desses “policiais antigos” no Ronda do Quarteirão. Alguns foram transferidos para o programa sem direito de escolha e, por vezes, foram apontados dentro da corporação como aqueles que iriam “contaminar” os policiais mais novos do Ronda com seus “vícios e mazelas” adquiridos durante os anos de trabalho,

conforme narrativa de alguns policiais [...] (ARAÚJO, 2019, p. 85).

Vale salientar que os critérios utilizados para indicação ao curso de formação do GSE são os mesmos para o GAVV e para o GSC, haja vista que, na verdade, os policiais militares são indicados para participar do curso de formação em policiamento comunitário e, logo após a formação, é que ocorre a distribuição para cada tipo de grupo, como relata PM1:

[...] Todos fazem, né, o curso durante os 15 dias. O conteúdo é o mesmo. A gente vê a questão da polícia comunitária [...], a gente ver a questão da abordagem do Grupo de Segurança Escolar e o do Grupo de Segurança Comunitária, que é o GSC. Tudo isso é visto num currículo só, durante as duas semanas [...].

Com relação a distribuição dos policiais nos grupos [...], como o policial passou pela capacitação [...], e vivenciou [...], e teve o conhecimento das disciplinas em geral [...]. Na polícia a antiguidade prevalece, né? Aí ele vai escolher qual o melhor horário para ele trabalhar. Porque o Grupo de Segurança Escolar, ele não funciona na parte da noite, ou seja, funciona de manhã e à tarde. O GAVV, [...] é [...], também têm um horário e o GSC, também tem outro horário. Então a questão da distribuição é o mais “antigo”, né? Ou seja, sempre o critério do direito de escolha é o do mais antigo (DIÁRIO DE CAMPO, 30/03/2020).

Desse modo, podemos perceber a partir da fala de PM1 que o critério de distribuição para os grupos vai depender da preferência/necessidade do policial mais antigo dentre àqueles que participaram da formação. Mesmo que todos os policiais que são indicados para fazer o curso sejam geralmente os recém-ingresso na PMCE há, dentre eles, o critério de antiguidade a partir da classificação geral no Curso de Formação Profissional de Praça da PMCE. Essa classificação ocorre a partir do resultado geral das avaliações que ocorrem no decorrer do curso de formação.

Dessa forma, os policiais, ao adentrarem às fileiras da instituição, são reconhecidos tanto por um nome específico, escolhido pela administração da PMCE, oriundo do nome civil do policial classificado, assim como é atribuído um numeral que indica a sua classificação. Como exemplo podemos observar o seguinte nome e número fictícios, a saber: SD J. Sousa, numeral: 25000.

Ainda no tocante à formação voltada para a atuação junto ao GSE, foi indagado aos entrevistados se esses tinham realizado algum curso específico, diferentemente daquele ofertado pela PMCE. Eles relataram que:

Fiz um curso de Policiamento Comunitário. O curso buscava repassar as

estratégias e a filosofia utilizada de polícia comunitária aos seus participantes. Enfatizando as formas de realizar uma aproximação e criar ou aplicar os laços de confiança com a comunidade (PM1 EM ENTREVISTA NO DIA 06/01/2023).

Sim, fiz um curso de especialização para atuar dentro do ambiente escolar (PM2 EM ENTREVISTA NO DIA 09/01/2023).

Antes de iniciar as atividades no GSE, passamos por um breve nivelamento de 3 dias, com profissionais que já tinham cursos específicos fora do estado e pela instituição. Durante esse período fora repassado como deveria ser realizada as atividades e atribuição dessa modalidade de policiamento específico. Deveras importante e esclarecedora, pois os profissionais selecionados para esse fim, detinham saber teórico e vivência compatíveis com a atividade proposta (PM3 EM ENTREVISTA NO DIA 21/01/2023).

Podemos observar a partir dos discursos acima elencados que as respostas apresentadas pelos entrevistados são distintas. PM1 relata que sentiu a necessidade de realizar um curso de nivelamento em policiamento comunitário na busca de estratégias para fidelizar os laços de amizade junto à comunidade. É interessante frisar que, a filosofia de policiamento comunitário é um dos temas trabalhados no curso de formação do GSE, assim como bem destaca PM2: “[...] um dos conteúdos que é trabalhado no período do curso do GSE é justamente a filosofia de polícia comunitária [...]”. (DIÁRIO DE CAMPO, 22/05/2020).

Já PM2 nos demonstra por meio de sua fala que sua necessidade foi bem maior do que àquela sentida por PM1. Ele buscou conhecimento técnico a partir da realização de um curso de nível de Pós-Graduação para poder aperfeiçoar suas estratégias de contato junto aos integrantes da comunidade escolar. Partindo dessa seara, podemos notar que, como não são oferecidos cursos em formato e duração adequados, os policiais acabam procurando complementar sua formação em outras instituições de ensino.

Assim como PM1, PM3 também sentiu a necessidade de realizar um nivelamento voltado para melhorar seu processo de aproximação junto aos participantes que fazem parte do contexto escolar, e conseguiu manter contato com outros profissionais os quais compartilharam suas vivências de trabalho voltados para a polícia de aproximação.

Em relação ao modo de trabalho dos profissionais que fazem parte do GSE, os policiais entrevistados ressaltaram que:

No início acontecia a aproximação da comunidade escolar (professores e funcionários da escola) (PM1 EM ENTREVISTA NO DIA 06/01/2023).

O serviço era de segunda-feira à sexta-feira, se adequando aos horários das escolas. A equipe era fixa e contava com 3 policiais com a missão de estreitar os laços da polícia com a comunidade escolar (PM2 EM ENTREVISTA NO DIA 09/01/2023).

Tínhamos duas equipes que eram compostas por três componentes cada: motorista; comandante e patrulheiro, respectivamente. As duas equipes dividiam-se em dois turnos: o turno “A” das 06h00 às 14h00 e o turno “B” das 14h00 às 22h00. As equipes atuam de segunda-feira à sexta-feira. Com as relações de endereços das escolas municipais e estaduais da cidade que trabalhavam, dividimos as visitas em 4 escolas por turno, o que incluía a proteção na entrada e saída dos estudantes nos horários escolares, fora desse horário, visamos conhecer o corpo docente e a realidade dos entornos escolares (PM3 EM ENTREVISTA NO DIA 21/01/2023).

Dito isto, podemos verificar que, os modos de trabalho realizados pelos policiais que fazem parte do GSE sempre estão voltados para a aproximação junto aos atores que fazem parte da escola. Mas, para que os laços de aproximação sejam fidelizados, os agentes de segurança pública buscam sempre manter uma rotina de trabalho equiparada às atividades desenvolvidas pelas escolas.

No tocante ao processo de socialização dentre os profissionais que fazem parte do GSE e a comunidade escolar, esse ocorre, de acordo com os entrevistados, da seguinte forma:

Por características do policiamento comunitário, a confiança e a integração entre os membros era plena. A cortesia se fazia presente (PM1 EM ENTREVISTA NO DIA 06/01/2023).

Era uma relação de confiança mútua, sempre tentamos alinhar com a direção das escolas a melhor forma de atuação dentro das escolas (PM2 EM ENTREVISTA NO DIA 09/01/2023).

A relação dos profissionais era bem tranquila. O corpo docente sempre nos atendia bem! Percebemos algumas resistências com a presença da polícia em uma escola, mas com o tempo a própria comunidade escolar entendia o nosso trabalho que visava o apoio e assistência, quebrando a ideia que se tem comumente de uma polícia meramente repressora (PM3 EM ENTREVISTA NO DIA 21/01/2023).

Podemos extrair dos discursos dos policiais em epígrafe que, aparentemente, a socialização entre eles e os membros das comunidades escolares que são assistidas pelo GSE é bem harmoniosa. Os gestores e professores sempre são receptivos com as equipes do GSE, mesmo que uma pequena parcela de algumas instituições ainda terem uma certa resistência ao programa.

Sobre a importância da implantação do Grupo de Segurança Escolar junto a AIS de origem, os policiais comentaram durante a entrevista que:

Extremamente importante. Por ser um policiamento estratégico e vivenciar o dia a dia dos territórios atendidos. Outro aspecto que vale destacar é a imersão dos policiais envolvidos (PM1 EM ENTREVISTA NO DIA 06/01/2023).

Sim, é uma modalidade de policiamento fundamental em todo batalhão de polícia, pois são nas escolas onde são formados os futuros cidadãos do nosso Estado (PM2 EM ENTREVISTA NO DIA 09/01/2023).

A importância era notória. Muitos pais ficavam agradecidos com a presença policial junto às unidades educacionais, reduzindo efetivamente as violências e os delitos nas imediações escolares (PM3 EM ENTREVISTA NO DIA 21/01/2023).

Sobre essa questão, os três profissionais foram unânimes em suas respostas. Todos concordam que a implantação do GSE em suas respectivas AIS's veio para beneficiar todos os envolvidos: gestores; professores; alunos e pais de alunos, ou seja, a todos os partícipes das instituições educacionais.

Por outro lado, foi indagado também se os entrevistados achavam que a comunidade escolar apoia e valoriza os modos de trabalho desenvolvidos pelo GSE:

Um dos desafios era justamente alinharmos uma linguagem de integração. A temática e o objetivo eram sempre o mesmo: A segurança pública (MP1 EM ENTREVISTA NO DIA 06/01/2023).

Sim, somos muito bem recepcionados nas escolas onde atuamos. Acredito que a comunidade escolar tem uma boa aceitação ao serviço e valoriza o GSE (PM2 EM ENTREVISTA NO DIA 09/01/2023).

O apoio ao trabalho policial nunca será unanimidade por nenhum grupo social no Brasil, dada a nossa histórica construção de ações repressivas. As novas práticas de policiamento realizadas no estado, dentre elas o GSE, deverão demorar um certo tempo para implementação, bem como, aceitação popular. O principal problema é a falta de continuidade do poder público na implementação de ações como essas. Necessita-se de políticas públicas permanentes com fito de consolidar a aproximação formal da polícia com a comunidade escolar. Diante das dificuldades acima, é razoável por parte da comunidade escolar, a não parceria total de informações ou ações, pois, práticas em conjunto com a força policial pode levar a uma associação das ações policiais pontuais contra os criminosos, com a relação aos discentes e docentes, fazendo com que, esses possam sofrer represálias por parte dos infratores. Imagine-se por um momento, eu ajudei o policiamento, a pós isso, o programa que garantia minha proteção e continuidade nas ações de proteção e integração são retiradas, os policiais que trabalharam nesse projeto são remanejados, mas a comunidade escolar permanecerá no mesmo local, só que agora, sem o apoio policial. Dado esse fato, existe uma valorização do trabalho policial na ação de presença, ou seja, na segurança orgânica e patrimonial, a integração total para resolver assuntos mais difíceis, acabam no silêncio do grupo e pode colaborar na construção dessas ações (PM3 EM ENTREVISTA NO DIA 21/01/2023).

Ao analisarmos os relatos acima podemos observar que PM1 e PM2 têm pensamentos similares no tocante ao reconhecimento e à valorização do trabalho desenvolvido pelo GSE junto às escolas. Eles relatam que as comunidades escolares têm sim uma boa aceitação às suas práticas.

Já PM3 nos faz refletir no tocante aos estigmas de violência e ações repressivas que a instituição polícia militar carrega consigo em todo seu percurso histórico, o qual foi imposto pela sociedade com o passar dos anos. Desse modo, PM3 acaba pontuando que as formas de repressão, assim como a desconfiança no trabalho realizado pela polícia, acabam impedindo a realização do trabalho desenvolvido pelo GSE em sua plenitude.

Em relação aos principais desafios enfrentados pelos integrantes do Grupo de Segurança Escolar, a entrevista nos demonstrou os seguintes posicionamentos:

Por ser uma forma adotada que difere do policiamento habitual, por vezes, é desprezada e até mesmo feito de chacota. É interessante que se tenha reciprocidade e engajamento da comunidade (PM1 EM ENTREVISTA NO DIA 06/01/2023).

Medo e receio de se aproximar da polícia. A população no geral tem um certo receio de se aproximar da polícia, tanto por não saber como se portar diante de um policial, como por medo das facções criminosas. Mas o GSE é capacitado para atuar justamente na aproximação com a população (PM2 EM ENTREVISTA NO DIA 09/01/2023).

Acredito que temos dois grandes desafios: a primeira parte é a resistência da comunidade escolar sobre a figura do policial no ambiente educacional; e a segunda é justamente oposta à primeira, onde podemos observar a resistência de alguns policiais em querer trabalhar em ambiente escolar, mesmo com algum tipo de capacitação. O trabalho com o grupo estudantil requer um compromisso e entrega profissional maior no desempenho do trabalho, caso não tenha, irá se resumir ao mero papel de segurança patrimonial (PM3 EM ENTREVISTA NO DIA 21/01/2023).

No tocante aos desafios enfrentados, os agentes de segurança pública corroboram que o medo e a aceitação da forma diferente de se fazer polícia perpassam o imaginário dos sujeitos que serão atendidos pelo GSE. Esses posicionamentos trazidos nos discursos dos profissionais entrevistados seriam frutos da “nossa histórica construção de ações repressivas” (PM3 EM ENTREVISTA NO DIA 21/01/2023).

Ao mesmo tempo, a credibilidade desses tipos de policiamento acaba “caindo por terra” quando a população observa as novas tentativas com uma certa desconfiança e falta de credibilidade, pois elas não costumam ter uma continuidade em sua efetivação, servindo, portanto, como mero marketing político na busca da eleição ou reeleição.

Ainda nessa seara, e de acordo com PM3, os olhares intrigantes junto a esses tipos de policiamento não partem apenas de significativa parcela da sociedade, mas também de dentro da própria instituição. Alguns de seus agentes acreditam que a comunidade tende a aceitar as formas mais tradicionais de se fazer polícia.

Ao final da entrevista, foi solicitado aos participantes que externassem o que

poderiam fazer para melhorar as atividades que desenvolvem no GSE. Eles comentaram que:

Além das atribuições de Policiamento Ostensivo Geral (POG), os policiais militares do grupo realizavam o mapeamento das instituições de ensino, participações em mutirões e reuniões de pais e mestres. Sempre em busca de viabilizar e potencializar a parceria do Policiamento Comunitário, escola e familiares na área atendida (PM1 EM ENTREVISTA NO DIA 06/01/2023).

Procuro manter uma boa relação com a equipe, pois, para prestarmos um bom serviço à população, primeiramente temos que estar na mesma sintonia (PM2 EM ENTREVISTA NO DIA 09/01/2023).

O planejamento era muito importante [...]. As conversas e ideias eram dialogadas durante o trabalho e fora dele, onde sempre procuramos dar o primeiro passo com a comunidade escolar, assim como evoluirmos a integração conforme a aceitação e planejamento dos gestores, visando a harmonia das ações em forma conjunta (PM3 EM ENTREVISTA NO DIA 21/01/2023).

Podemos observar a partir da fala dos entrevistados que, o melhoramento de suas ações perpassa primeiramente a um olhar mais profundo nas ações que já são executadas, passando pela fidelização dos laços de trabalho dos integrantes da equipe, assim como na necessidade da realização de constantes planejamentos antes da execução das ações pretendidas junto à comunidade escolar. Ou seja: há uma crença na efetividade da filosofia de policiamento comunitário e uma expectativa de maior investimento e continuidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve o propósito de estimular a realização de pesquisas que contemplem o engajamento da polícia com a comunidade, por perceber que é por meio desse engajamento que se dará de forma mais fácil a efetivação das propostas de políticas públicas voltadas para a área da segurança pública. A pesquisa nos fez refletir sobre como alguns governos se apoderaram da filosofia de polícia comunitária como barganha eleitoral, como o que aconteceu no Estado do Ceará no ano de 2006, por meio da implantação do Programa Ronda do Quarteirão.

Partindo dessa perspectiva, podemos notar que os governos que sucederam o mandato de Cid Ferreira Gomes (PSB) no Ceará, ainda estão dando continuidade a implantação de políticas públicas voltadas para a área da segurança pública ancorados na ideia de polícia comunitária como um de seus cargos chave tanto para eleição, assim como para reeleição. Isso se decorre devido esses governantes observarem que a população de forma em geral carece dessas políticas na busca de enfrentamento e combate a crimes de pequenos delitos os quais tanto a assolam em seu cotidiano.

Ao trazer à tona a ideia de implantação e continuidade de uma polícia de aproximação os líderes governamentais acabam demonstrando junto à sociedade uma esperança no fim do túnel sobre os problemas de insegurança que surgem na atual sociedade contemporânea. Assim, o estudo verificou que, nos últimos anos, o governo do estado do Ceará buscou estratégias para dar continuidade às políticas de segurança pública, assim como renovar o prestígio da população junto às ações realizadas pela polícia militar, com a criação de grupos específicos de policiamento, como por exemplo: o Grupo de Apoio às Vítimas da Violência; o Grupo de Segurança Comunitária e o Grupo de Segurança Escolar, os quais ainda trazem a filosofia de policiamento comunitário, mas agora com diretrizes de trabalhos mais focados em determinados grupos populacionais.

Nesse sentido, procuramos compreender como os policiais militares que fazem parte do Grupo de Segurança Escolar (GSE) observam o surgimento e efetivação do programa do qual fazem parte. Tivemos a oportunidade de observar as singularidades e os limites dessa concepção de policiamento as quais foram identificadas por esses profissionais – por meio de entrevistas - em suas práticas laborais, assim como verificar quais são os desafios enfrentados por esses agentes de segurança pública no momento da operacionalização do Grupo de Segurança Escolar.

O ingresso do profissional junto ao GSE – de acordo com as falas dos

entrevistados - segue algumas diretrizes: o agente de segurança pública tem que ser recém-ingresso na instituição, assim como deve ser indicado por seu comandante de batalhão. O agente indicado deve participar de uma formação, ou seja, um curso de capacitação sobre as diretrizes de trabalho e atuação junto à comunidade escolar, assim como a filosofia de polícia comunitária. É importante destacar que esse curso é realizado em um curto período de tempo, ou seja, em duas semanas, no qual o profissional fica à disposição recebendo uma sobrecarga exaustiva de conteúdos que, na grande maioria das vezes, não condiz com a realidade a qual irá enfrentar.

Podemos observar, a partir dos relatos dos profissionais que participaram da pesquisa, que suas perspectivas junto ao programa partem, primeiramente, de um olhar mais profundo nas ações que já são executadas, passando pela fidelização dos laços de trabalho dos integrantes da equipe, assim como pela necessidade da realização de constantes planejamentos antes da execução das ações pretendidas junto à comunidade escolar.

Nesse processo, um dos desafios mais apontados pelos profissionais é a resistência da comunidade escolar sobre a figura do policial no ambiente educacional, assim como a resistência de alguns policiais em querer trabalhar em ambiente escolar, mesmo esses sendo capacitados para esse ofício.

É interessante ressaltar que as práticas laborais realizadas pelos policiais militares que fazem parte desse tipo de programa são sempre propagadas em diversos meios de comunicação de massa pelas instituições das quais fazem parte da forma mais positiva possível, o qual o referido estudo também apontou isso em seu 3º capítulo. Nesse sentido o que é repassado para a sociedade civil é que esses programas estão funcionando de forma excelente, mas, na realidade, uma parcela desses carece de reformulações devido a dinâmica social assim o exigir.

Contudo, podemos perceber que os policiais militares que fazem parte do Grupo de Segurança Escolar (GSE), mesmo encontrando algumas resistências em realizar suas práticas de trabalho, buscam articular os conhecimentos sobre a filosofia de polícia comunitária juntamente às suas ações em campo, com o intuito de buscar prestar um serviço de excelência para os membros das instituições educacionais que assistem.

6. BIBLIOGRAFIA

ALENCAR, J. W. A.; MOURA, V. C.; FREITAS, J. M. M. **Doutrina de Polícia Comunitária**. Curso de Formação Profissional para a Carreira de Praças Policiais Militares do Ceará. Academia Estadual de Segurança Pública. Fortaleza-CE, 2017.

ARAÚJO, Letícia de Sousa. **Entre holofotes e fracassos: a experiência do Programa Ronda do Quarteirão no Ceará**. Revista Brasileira de Segurança Pública. São Paulo, v. 13, n. 1, p. 76-94, fev/mar 2019. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/1059> Acesso em: 05/08/2022.

ARANHA, Francisca Karla Botão. **Cultura da beleza: prostituição, corpo e práticas educativas**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2018.

AZEVEDO, Marco Antonio de. **Concepções sobre criminalidade e modelos de policiamento**. Psicologia Ciência e Profissão, Brasília, v. 23, n.3, p. 18-25, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/QhB4kcC6VfwyNp5qZPr3xys/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 01/08/2022.

BARREIRA, César; RUSSO, Mauricio Bastos. **O Ronda do Quarteirão - relatos de uma experiência**. Revista Brasileira de Segurança Pública. São Paulo, v. 6, n 2, p. 282-297, Ago/Set 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/20892> Acesso em: 05/08/2022.

BAYLEY, David H.; SKOLNICK, Jerome H. **Policiamento comunitário: questões e práticas através do mundo**. Tradução Ana Luísa Amêndola Pinheiro. São Paulo: USP, 2002.

BRASIL. **Lei n. 11.340 de 07 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília-DF, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm Acesso em: 16/01/2023.

BEUREN, Ilse Maria et al. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

BORGES, Sarah de Almeida. **Segurança ou insegurança pública? Qual o modelo de policiamento adequado para garantir os interesses da população?** Orientador: José Querino Tavares Neto. 2020. 28 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Escola de Direito e Relações Internacionais, Núcleo de Prática Jurídica, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2020. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/handle/123456789/260> Acesso em: 03/08/2022.

CAYE, Inácio. **Filosofia de Polícia Comunitária como instrumento de aproximação e integração das comunidades com as polícias militares do Brasil**. Dissertação (Mestrado Profissional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Segurança Cidadã, Porto Alegre, BR-RS, 2021.

FALKEMBACH, Elza Maria Fonseca. **Diário de campo: um instrumento de reflexão**. Contexto e Educação, Ijuí, v. 2, n. 7, p. 19-24, 1987.

FERNANDES, Eduardo Camponogara; ZANINI FILHO, Volmar Antônio. **A segurança pública e os métodos utilizados para desenraizar a violência urbana**. In: XVI SEMINÁRIO INTERNACIONAL DEMANDAS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA. XII MOSTRA INTERNACIONAL DE TRABALHOS CIENTÍFICOS. 2019. Disponível em: <file:///C:/Users/david/Downloads/19519-1192615336-1-PB.pdf> Acesso em: 01/08/2022.

FILHO, José Vicente da Silva. **Estratégias policiais para a redução da violência**. Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial, São Paulo, nov. 1998.

FREITAS, José Messias Mendes. **Polícia Comunitária: uma construção jurídica que se opõe à Ideia de uma Polícia de Autoridade Fragilizada**. 2017a. Disponível em: <https://direitodiario.com.br/constitucional/> Acesso em: 14/01/2023.

FREITAS, José Messias Mendes. **Violência contra a mulher: Polícia Comunitária como instrumento de eficácia das medidas de prevenção integrada, assistencial e de urgência da Lei Maria da Penha**. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Direito, Curso de Direito, Fortaleza, 2017b. Disponível em: file:///C:/Users/izabel.frota/Downloads/TCC_Violencia_Mulher_Pol_Cimut_Efici_Medidas_Prec_GAVV_UFC_2017_Maj_Messias_Mendes.pdf Acesso em: 11/01/2023.

GADELHA, Sylvio; DUARTE, Anderson. **O policiamento comunitário como dispositivo neoliberal de governo no campo da segurança**. In: AVELINO, Nildo; VACCARO, Salvo. Governamentalidade | segurança. São Paulo: Ed. Intermeios, 2014, p. 129-169.

JORNAL DIÁRIO DO NORDESTE ONLINE. **Primeira Uniseg é inaugurada**. Fortaleza, 06 de março de 2016. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/seguranca/primeira-uniseg-e-inaugurada-1.1505248> Acesso em: 14/01/2023.

JORNAL O POVO ONLINE. **Choque cerca Batalhão e três PMs são presos após mulheres de policiais fecharem portaria**. Fortaleza, 18 de fevereiro de 2020. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2020/02/18/choque-cerca-batalhao-e-tres-pms-sao-presos-apos-mulheres-de-policiais-fecharem-portaria.html> Acesso em: 24/01/2023.

MACHADO, Donavan Farias; JESUS, José Lauri Bueno de. **Polícia Comunitária: Um Novo Paradigma de Polícia Ostensiva**. Direito em Debate – Revista do Departamento de

Ciências Jurídicas e Sociais da Unijuí. V.23, nº 42, jul./dez. 2014, p. 207-231.

MARCINEIRO, Nazareno. **Polícia Comunitária Construindo Segurança nas Comunidades**. Florianópolis: Insular, 2009.

MESQUITA NETO, Paulo de. **Policciamento Comunitário e Prevenção do Crime: a visão dos coronéis da Polícia Militar**. SÃO PAULO EM PERSPECTIVA, 18(1): 103-110, 2004. Disponível em: [file:///C:/Users/david/Downloads/download%20\(23\).pdf](file:///C:/Users/david/Downloads/download%20(23).pdf) Acesso em: 03/08/2022.

MINGARDI, Guaracy. **Tiras, Gansos e Trutas: cotidiano e reforma na polícia civil**. Editora Página Aberta, 1º Edição. São Paulo, 1992.

MUNIZ, Jacqueline et al. **Os estudos policiais nas ciências sociais: um balanço sobre a produção brasileira a partir dos anos 2000**. REVISTA BRASILEIRA DE INFORMAÇÃO BIBLIOGRÁFICA EM CIÊNCIAS SOCIAIS-BIB, v. 2, p. 148-187, 2018.

OPAS BRASIL. **Folha informativa – COVID-19 (doença causada pelo novo coronavírus)**. Brasília, 22 de julho de 2020. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875 Acesso em: 24/01/2023.

PAIVA, Luiz Fábio Silva. **A Era Cid Gomes: visão, estratégia e dilemas da segurança pública no Estado do Ceará**. In: XXVII Congresso ALAS, 2009, Buenos Aires. XXVII Congresso ALAS: Latino América Interrogada, 2009. p. 1-375. Disponível em: <https://cdsa.aacademica.org/000-062/331.pdf> Acesso em: 01/08/2022.

PASSOS, Cícero Nonato Sousa. **Uma avaliação sobre a política de segurança pública "Proteger": impactos e resultados na redução de "CVLI" nas comunidades "Gereba", "Babilônia" e "Barroso 2"**. Dissertação (MESTRADO PROFISSIONAL) - Universidade Estadual do Ceará. Centro de Estudos Sociais Aplicados. Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas. Fortaleza, 2021. Disponível em: <https://storage.woese.com/documents/3f48c847f9c5297c17a267abef8316956f0f91da.pdf> Acesso em: 14/01/2023.

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO CEARÁ. **15 anos da Lei Maria da Penha: conheça os equipamentos da Secretaria da Segurança Pública que dão apoio a mulheres vítimas de violência**. Fortaleza, 07 de agosto de 2021. Disponível em: <https://www.policiacivil.ce.gov.br/2021/08/07/15-anos-da-lei-maria-da-penha-conheca-os-equipamentos-da-secretaria-da-seguranca-publica-que-dao-apoio-a-mulheres-vitimas-de-violencia/> Acesso em: 11/01/2023.

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO CEARÁ. **13 anos de Lei Maria da Penha: as forças de segurança e o trabalho de acolhimento às vítimas no Ceará**. Fortaleza, 07 de agosto de 2019. Disponível em: <https://www.policiacivil.ce.gov.br/2019/08/07/13-anos-de-lei-maria-da-penha-as-forcas-de-seguranca-e-o-trabalho-de-acolhimento-as-vitimas-no-ceara/> Acesso em: 11/01/2023.

POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ. **O Grupo de Apoio às Vítimas de Violência – GAVV da PMCE faz alusão ao Dia Internacional da Mulher.** Fortaleza, 08 de março de 2021. Disponível em: <https://www.pm.ce.gov.br/2021/03/08/o-grupo-de-apoio-as-vitimas-de-violencia-gavv-da-pmce-faz-alusao-ao-dia-internacional-da-mulher/> Acesso em: 11/01/2023.

POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ. **11º BPM de Itapipoca é contemplado com o GAVV.** Fortaleza, 01 de julho de 2020. Disponível em: <https://www.pm.ce.gov.br/2020/07/01/11o-bpm-de-itapipoca-e-contemplado-com-o-gavv/> Acesso em: 11/01/2023.

PERES, Julio César Araújo. **Policiamento Comunitário.** 3 ed. Porto Alegre: Ediletras, 2001.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. **Pressupostos epistemológicos e metodológicos da pesquisa participativa: da observação participante à pesquisa-ação.** Estudos sobre las Culturas Contemporâneas, 2017, vol. XXIII, 3, Enero-Abril, ISSN: 1405-2210.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <https://www.feevale.br/Comum/midias/0163c988-1f5d-496f-b118-a6e009a7a2f9/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf> Acesso em: 16/04/2023.

ROLIM, Marcos. **A síndrome da rainha vermelha: policiamento e segurança pública no século XXI.** 3. ed. 2. Reimpressão, Rio de Janeiro: Zahar, 2012. (Oxford, Inglaterra: University of Oxford; Center of Brazilian Studies, 2006).

ROLIM, Marcos. **A Síndrome da Rainha Vermelha: policiamento e segurança pública no século XXI.** Oxford: University of Oxford; Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

SANTOS, José Vicente T. dos. **A Arma e a Flor: formação da organização policial, consenso e violência.** In: Tempo Social, (Rev. Sociol. USP). São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), 9(1), maio de 1997, pp. 155 – 167. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/21686/000190733.pdf?sequence=1> Acesso em: 01/08/2020.

SILVA, Bruno Marques. **Uma nova polícia, um novo policial: uma biografia intelectual do coronel Carlos Magno Nazareth Cerqueira e as políticas de policiamento ostensivo na redemocratização fluminense (1983-1995).** Tese (doutorado) - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. Rio de Janeiro, 2016. 471 f. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/17122> Acesso em: 03/08/2022.

SIGNIFICADOS. **O que é o WhatsApp.** Disponível em: <https://www.significados.com.br/whatsapp/> Acesso em: 23/07/2020.

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL. **Cyberbullying nas escolas: Forças de Segurança do Ceará realizam ações educativas.** Fortaleza, 07 de abril de 2022. Disponível em: <https://www.policiacivil.ce.gov.br/2022/04/07/cyberbullying->

[nas-escolas-acoes-educativas-realizadas-pelas-forcas-de-seguranca-do-ceara-podem-transformar-geracoes/](#) Acesso em: 11/01/2023.

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL. **Gavv:** Iguatu recebe reforço especializado da PMCE na proteção aos grupos vulneráveis. Fortaleza, 04 de setembro de 2020. Disponível em: [https://www.sspds.ce.gov.br/2020/09/04/gavv-iguatu-recebe-reforco-especializado-da-pmce-na-protecao-aos-grupos-vulneraveis/#:~:text=A%20cidade%20de%20Iguatu%2C%20no,V%3%ADtimas%20de%20Viol%3%AAncia%20\(Gavv\)](https://www.sspds.ce.gov.br/2020/09/04/gavv-iguatu-recebe-reforco-especializado-da-pmce-na-protecao-aos-grupos-vulneraveis/#:~:text=A%20cidade%20de%20Iguatu%2C%20no,V%3%ADtimas%20de%20Viol%3%AAncia%20(Gavv)) . Acesso em: 11/01/2023.

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL. **SSPDS expande Proteger para Maracanaú; Capital e RMF já contam com 31 bases.** Fortaleza, 03 de agosto de 2020. Disponível em: <https://www.sspds.ce.gov.br/2020/08/03/sspds-expande-proteger-para-maracanaui-capital-e-rmf-ja-contam-com-31-bases/> Acesso em: 11/01/2023.

SOUSA, E. B. L. **Policiamento Comunitário:** conceitos, estratégias e táticas. In: IV Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2009, São Luis-MA. IV Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2009.

SOUSA, Kelyane Silva de; FROTA, Maria Helena de Paula; COSTA, Raysa Hellen Lopes da. **A Polícia Comunitária do Ceará e o acompanhamento às vítimas de violência.** Revista Conhecer: Debate entre o Público e o Privado, v. 11, n. 26, p. 30-52, 2021. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revistaconhecer/issue/view/294> Acesso em: 11/01/2023.

SOUZA, Lindenberg de Almeida. **A experiência da polícia comunitária em Fortaleza entre os anos de 2007/2010 na área do NPC V:** um olhar interno. Monografia apresentada ao Curso de Graduação em História da Universidade Estadual do Ceará - UECE. Fortaleza, 2012.

TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie. **Policiamento Comunitário: Como Começar.** 2. ed. São Paulo: Polícia Militar do Estado de São Paulo, 1999.

ANEXO A



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES-IH
COORDENAÇÃO DO CURSO DE SOCIOLOGIA**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) a participar, como voluntário (a), do estudo/pesquisa intitulado (a): O GRUPO DE SEGURANÇA ESCOLAR (GSE): perspectivas e desafios enfrentados por policiais militares na capital cearense, conduzida por DAVID SOUSA GARCÊS. Este estudo tem por objetivo compreender como os policiais militares que fazem parte do Grupo de Segurança Escolar observam o surgimento e efetivação do programa do qual fazem parte. A qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa, desistência ou retirada de consentimento não acarretará prejuízo. Deixo claro que a participação nessa pesquisa não gera ônus/remuneração nem por parte do pesquisador, assim como para a pessoa do participante. Sua participação nesta pesquisa consistirá em entrevista semiestruturada, onde serão realizadas perguntas de forma aleatória em dias e horários marcados. Nesse momento se busca por intermédio dessas perguntas verificar/compreender como os policiais militares que fazem parte do Grupo de Segurança Escolar (GSE), observam o surgimento e efetivação do programa. As perguntas e respostas serão registradas tanto por diário de campo, assim como serão gravados áudios, para futuras transcrições no trabalho final. Os dados obtidos por meio desta pesquisa serão confidenciais e não serão divulgados em nível individual, visando assegurar o sigilo de sua participação, pois, não será divulgado em nenhuma hipótese, a identidade das pessoas pesquisadas, onde, as mesmas, serão identificadas por outros nomes, os quais poderão ser escolhidos pelas próprias pessoas pesquisadas. O pesquisador responsável se comprometeu a tornar públicos nos meios acadêmicos e científicos os resultados obtidos de forma consolidada sem qualquer identificação de indivíduos participantes. Caso você concorde em participar desta pesquisa, assine ao final deste documento, que possui duas vias, sendo uma delas sua, e a outra, do pesquisador responsável /coordenador da pesquisa. Seguem os telefones e o endereço institucional do pesquisador

responsável, onde você poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação nele, agora ou a qualquer momento. Contatos do pesquisador responsável: (85) 99973-5110 (tim) ou 98852-2542 (Vivo/WhatsApp), E-mail: balgarces@yahoo.com.br.

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa, e que concordo em participar.

Acarape-CE, _____ de _____ de 2023.

Assinatura do(a) participante: _____

Assinatura do(a) pesquisador (a):


David Sousa Garcês

ANEXO B



PLANO DE ENTREVISTA PERGUNTAS PARA SEREM REALIZADAS JUNTO AOS POLICIAIS MILITARES NA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Instruções de participação:

Prezado(a) Policial Militar, solicito a vossa colaboração junto à entrevista semiestruturada a ser realizada junto ao Senhor de acordo com as perguntas que estão descritas logo abaixo, onde a entrevista será gravada para posteriormente ser transcrita no TCC do entrevistador, cujo fim é exclusivamente acadêmico.

1. Qual é o seu grau de escolaridade?
2. Em qual ano entrou na PMCE?
3. Qual é a sua graduação/posto na PMCE?
4. Como foi sua entrada no Grupo de Segurança Escolar (GSE)?
5. Você teve que fazer algum curso específico para poder entrar no GSE? Fale um pouco sobre isso.
6. Como ocorre/ocorria o modo de trabalho dos policiais que fazem/faziam parte do GSE?
7. Como é/era a relação dos policiais que fazem/faziam parte do GSE com as escolas que visitam/visitavam?
8. Como é/era a sua relação com os demais membros de sua equipe? A equipe é/era a mesma ou mudava de acordo com as escolas?
9. Quais são os principais desafios enfrentados pelos policiais que fazem parte do GSE? Fale um pouco sobre isso.
10. Você acha que o GSE é/era importante para a AIS em que você trabalha/trabalhou? Por quê?
11. Você acha que a comunidade escolar: gestores; professores; alunos e pais de alunos, apoiam e valorizam o trabalho desenvolvido pelo GSE? Por quê?
12. O que você faz/fazia para poder melhorar as atividades desenvolvidas por você e os demais membros da equipe? Fale um pouco sobre isso.